

FÁTIMA MARIA DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SEM – TERRA  
**Concepções, Alcances, Limitações e Perspectivas  
da Experiência.**

Belém-Pa.

2002

**FÁTIMA MARIA DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SEM – TERRA**  
**Concepções, Alcances, Limitações e Perspectivas da**  
**Experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA, como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia – Ciência da Educação, orientado pelo Professor Dr. José Guilherme.

Belém -Pa.

2002

**FÁTIMA MARIA DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SEM – TERRA**  
**Concepções, Alcances, Limitações e Perspectivas da**  
**Experiência**

Avaliado por:

.....  
Prof Dr. José Guilherme.  
(UNAMA)

Data: -----/ -----/ -----

Belém -Pa.

2002

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às comunidades cristãs da Prelazia de Cametá-Pa. Pois, do trabalho de educação popular realizado junto a esses grupos é que me veio a motivação pelo curso de Pedagogia.

Aos meus pais, Cleomar e Aurício, que me deram à vida e sempre lutaram pela minha felicidade.

Às minhas irmãs Flávia e Flaubênia e meu irmão Fagner, pelo carinho que me dedicam.

Aos meus sobrinhos queridos: Kauê, Thainá e Thawan.

À minha amiga Orlanda R. Alves, que me apoiou em toda essa trajetória, acreditando na minha capacidade de vencer os obstáculos.

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus, por ter me conduzido até aqui, dando-me coragem para lutar sempre, acreditando no dom da vida que dele mesmo recebi e no bem que poderei retribuir às pessoas como testemunho do compromisso com o bem comum.*

Agradeço aos professores pelo incentivo recebido durante todo o curso e ao meu orientador pelo apoio a este trabalho.

À minha equipe de trabalho, Clemilda, Euzenilda, Márcia e Ruth, pela dedicação e compromisso.

Ao MST que luta por reforma agrária e por uma educação decente e que muito colaborou para a qualidade desta pesquisa.

À equipe de trabalho do IPAR, por terem proporcionado tempo para que eu concluísse este trabalho.

À minha amiga Juana Bertha, pelo incentivo e contribuições no decorrer do estudo.

## EPÍGRAFE

“O Ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou essa intuição segura: pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A Terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de auto-realização e de autoconsciência”.

(Boff, Leonardo).

## RESUMO

O estudo objetiva conhecer como é concebida a educação no MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Verificou-se que a educação produzida pelos movimentos sociais não é explorada o bastante pela Pedagogia, sendo área de interesse ainda da História e da Sociologia. O capital cultural que emerge desses movimentos é obra prima no que se refere a processos educativos enraizados numa cultura da reivindicação, organização, coletividade e do bem comum. Tendo como referência o MST, pela sua estrutura e ressonância dentro e fora do Brasil constatou-se que a Educação e Reforma Agrária são duas grandes prioridades dentro do Movimento que caminham integradas. Há uma organização bem estruturada dentro do MST, garantindo desenvolver um trabalho educativo eficaz, que permite aos integrantes do movimento o acesso à escola. O trabalho busca entender esses parâmetros educativos, desde a contextualização do surgimento do MST, das reações internas que deram origem à escola e toda a sistematização do trabalho pedagógico em nível nacional, estadual e local, existente hoje no MST e a estruturação do setor de educação, cuidando sempre de apresentar os alcances, limitações e perspectivas da experiência. O trabalho pedagógico é coordenado pelo coletivo nacional de educação que se ocupa desde a formação dos educadores à sistematização da prática pedagógica que dá sentido e sustentação ao trabalho. Há um grande acervo produzido pelo coletivo nacional de educação do Movimento, em parceria com entidades e intelectuais na área da educação interessados em aprofundar a experiência. Dessas parcerias surgiu uma equipe em nível nacional que se preocupa e se ocupa em agilizar o processo da educação básica do campo. Foi priorizada a abordagem histórica como base de interpretação da realidade que é o objeto principal em toda a conjuntura do MST. O estudo aponta a importância de um olhar sobre o fenômeno educativo presente nos movimentos sociais, considerando que a educação deve contemplar os anseios da humanidade por vida digna e justiça social.

**PALAVRAS CHAVES:** Educação no MST; Organização; Coletividade; Escola;

Pedagogia;

GLOSSÁRIO:

- **ANCA** – Associação Nacional de Cooperação Agrícola.
- **CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- **CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.
- **CPT** - Comissão Pastoral da Terra.
- **EFA** - Escolas Familiar Agrícola.
- **EJA** – Educação de Jovens e Adultos.
- **ENERA** – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária.
- **FUNDEP** – Fundação de Desenvolvimento Educacional e Pesquisa.
- **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- **ITERRA** – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.
- **LDB** - Lei de Diretrizes e Base.
- **MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens.
- **MEB** - Movimento de Educação de Base.
- **MEC** – Ministério de Educação e Cultura.
- **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra.
- **PCNs** – Parâmetros Curriculares Nacionais.
- **PRONERA** – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária.
- **TAC** – Técnico em Administração e Cooperativa.
- **UFPA** – Universidade Federal do Pará.
- **UnB** - Universidade de Brasília.
- **UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
- **UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPITULO 01 – O MOVIMENTO SEM – TERRA .....	15
1.1 -A FORMAÇÃO DO MST .....	15
1.2 -REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO NOME SEM – TERRA .....	19
1.3 -CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO MST .....	22
1.4 -ELEMENTOS DE TEORIA PEDAGÓGICA .....	25
1.4.1- Educação como Formação Humana .....	25
1.4.2- Entendimento das Práticas Educativas .....	27
1.4.3- A Escola como um dos tempos de formação humana .....	29
CAPITULO 02 – A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MST .....	32
2.1 -A ESCOLA NO MST: COMO TUDO COMEÇOU .....	34
2.1.1- A Trajetória da Escola no MST .....	35
2.2 -A ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST .....	37
2.2.1- Frentes de Trabalho Educacional .....	41
2.3 -PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA NO MST .....	42
2.3.1- Princípios Filosóficos .....	44
2.3.2- Princípios Pedagógicos .....	47
2.4 -A PEDAGOGIA DO MST .....	54
CAPITULO 03 – A EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO .....	58
3.1 -A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS INICIATIVAS POPULARES .....	59
3.2 –A RELAÇÃO DO MST COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	63
CAPITULO 04 – A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	65
4.1 -BLOCO DE PERGUNTAS .....	66
4.2 –ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
BIBLIOGRAFIA .....	84

## INTRODUÇÃO

A formação humana continua requerendo novas sensibilidades e compromisso por parte dos que buscam alcançar uma sociedade que oportunize condições de vida digna para todos. Nesse processo de formação humana é que se encontra a relação entre Pedagogia e a construção de valores humanizantes, buscando esclarecer o tipo de sociedade que se quer construir e o tipo de homem que se quer formar, inserindo o profissional em educação na busca de novos significados haja vista que o futuro da humanidade está ameaçado pelas graves conseqüências da corrente econômica – o neoliberalismo, que de acordo com um comentário feito pela equipe pedagógica da consulta popular, tem como objetivo principal, a maximização dos lucros dos empresários privados (lucro econômico). E, a este critério, estão submetidas todas as necessidades sociais. Para esta corrente, a satisfação das necessidades sociais não contam, o que conta é o lucro. Portanto, o neoliberalismo veio fortalecer o capitalismo, sistema social que exerce poderes no mundo e com práticas bastante desumanizadoras.

Diante disso, está posta a preocupação com o destino do homem, da mulher e da sociedade. É nesse contexto que o nosso compromisso enquanto educadoras e educadores devem ser fortalecidos por práticas transformadas e transformadoras, buscando desvelar tais situações institucionalizadas.

Hoje, já se percebe, que o discurso sobre a Pedagogia avançou quanto à compreensão de que a educação ultrapassa os espaços da escola ou que ainda, é fundamental que a escola interaja com o meio social onde está inserida, a fim de

garantir uma formação integral da pessoa humana. Para isso, é preciso que a escola, por meio de princípios filosóficos e pedagógicos se ocupe de uma educação que desenvolva valores como: coletividade, solidariedade, compromisso com a mudança das estruturas sócio – econômica – política do País, distribuição de renda e políticas públicas que garantam trabalho, escola, assistência médica, moradia digna para todos.

A escola sozinha, não dá conta dessas aspirações humanas. É aqui que a pedagogia precisa alargar suas reflexões e teorias para outros espaços educativos, como os movimentos sociais, entendendo a escola como imprescindível na compreensão desses movimentos. Olhando, além dos muros que cercam os interesses individuais, é possível enxergar experiências que apontam novos horizontes. Enquanto educador e educadora é hora de dar atenção às práticas que surgem neste cenário social, vislumbrando novas possibilidades. Para nós, profissionais em educação é importante entendermos a pedagogia presente nessas iniciativas enquanto espaços alternativos para a humanidade.

O artigo 1º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB 9394/96, diz: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. No parágrafo 2º chama a atenção: A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

A inclusão desse artigo na LDB 9394/96 foi conquista do movimento de renovação pedagógica, pois reconhece os movimentos sociais como lugares, onde também acontece a educação.

Como diz, Caldart<sup>1</sup> (2000, p. 203):

Ocorre que o estudo dos movimentos sociais constitui uma tradição teórica (historicamente recente, diga-se) bem mais das áreas da História, da Geografia e da sociologia, do que da Pedagogia, não havendo ainda grandes esforços de diálogo nesta perspectiva. Não é comum, por exemplo, que o referencial da história utilizado neste trabalho seja objeto de estudo entre pedagogos ou educadores, o que certamente levaria a diálogos muito fecundos.

Há muitos estudos feitos com o objetivo de compreender a relação entre os movimentos sociais e a pedagogia. Tais estudos como os de Grzybowski (1987), de Scherer – Warren (1993), de Paulo Krischke (1987), Eder Sader (1995) e muitos outros, fazem uma reflexão específica sobre o caráter educativo dos movimentos populares. Porém, os resultados desses estudos são pouco ou quase nada utilizado pela pedagogia, isso, porque, como afirma, Caldart (2000, p. 200):

Os movimentos sociais não têm sido figuras muito presentes nas teorias pedagógicas, nem como sujeitos educativos, nem como interlocutores da reflexão sobre educação. E os sem – terra, que representam além deles mesmos, o conjunto dos camponeses ou, mais amplamente, dos trabalhadores, se até já foram vistos, em certa tradição pedagógica, como sujeitos de práticas sociais educativas, de modo geral não costumam ser identificados como sujeitos da pedagogia, ou de reflexão pedagógica.

A partir dessas considerações, configura-se como objeto de estudo o questionamento: **COMO É CONCEBIDA A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SEM- TERRA?** Em relação a este: **Quais são os alcances, limitações e perspectivas da experiência que movimentos sociais como o MST realizam no âmbito da educação?**

---

<sup>1</sup> CALDART Roseli Salete. É doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do sul. É integrante do coletivo nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da articulação nacional por uma educação Básica no Campo. Faz parte da coordenação pedagógica dos cursos de formação de educadores do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma agrária –ITERRA. Entre outras publicações inclui-se este que utilizo como referência: PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA: ESCOLA É MAIS DO QUE ESCOLA. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Sobre esta questão, formulo o objetivo central seguinte: **IDENTIFICAR A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO SEM – TERRA**. E como objetivos específicos:

1. Conhecer como é concebida a Escola no Movimento Sem – Terra;
2. Identificar os princípios pedagógicos que norteiam a Escola no MST;
3. Identificar a prática educativa no MST, seus alcances, limitações e perspectivas.

O Estudo encontra a sua justificativa na medida em que aborda uma experiência concreta no campo da educação no MST, buscando apresentar a concepção, alcances, limitações e perspectivas dessa experiência. O referido trabalho se fundamenta no fato de que o MST é um Movimento reconhecido Nacional e Internacionalmente, como tal, cujas práticas tem tido até o momento diferentes ressonâncias na sociedade e na própria máquina estatal/ governamental, provocando situações de conflitos em diversas proporções. Porém, é possível que na pedagogia do MST contenha contribuições, alcances e limitações para as teorias pedagógicas que no momento fazem significativas intervenções sobre Teoria x Prática; Comunidade x Escola; Educação x Trabalho; Competência e habilidades; Formação holística; Educação para a cidadania; Formação crítica, todos, elementos relevantes que defendem uma educação inserida na realidade do educando.

No movimento social e especificamente no contexto do MST há uma longa história cultural e educativa que precisa ser pesquisada com mais atenção, interpretada, respeitada e valorizada pelos programas de formação de educadores, de graduação e pós – graduação, das agências de pesquisa, dos formadores de política, currículos e material didático. Tudo isso, traz elementos significativos para a exploração do pensamento pedagógico.

Na bibliografia utilizada, encontramos a grande contribuição de Paulo Freire (1921-1997), que embora, os movimentos sociais não tenham sido o principal objeto de sua preocupação pedagógica, ele pode ser considerado o pedagogo que abriu um caminho importante para este diálogo, à medida que construiu toda sua reflexão em torno do processo de produção do ser humano como sujeito e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixá-lo de sê-lo, o que implica em tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação. Na busca de amarrar e juntar essas questões mais profundamente, outros autores serão prioritários como: Roseli Salete Caldart; Bezerra<sup>2</sup>; Pistrak<sup>3</sup> e um significativo acervo produzido pelo MST.

O procedimento metodológico compreende o método bibliográfico com apoio de algumas entrevistas a pessoas responsáveis pela educação no MST, e a professores especializados na área da educação do movimento. Sendo assim o estudo é considerado exploratório qualitativo.

O trabalho consta de quatro capítulos. No primeiro capítulo, a abordagem se dará de forma breve sobre a formação do MST contextualizando-a, a partir dos seguintes aspectos: Quem é o MST e qual a sua identidade cultural; qual a concepção de educação no interior do movimento e uma abordagem sobre os elementos de teoria pedagógica, que norteiam a prática educativa do Movimento.

No segundo capítulo, enfatizam-se: o surgimento, a concepção e a organização das Escolas no MST, procurando pontuar os princípios pedagógicos e filosóficos que norteiam essas escolas quer sejam nos assentamentos e/ou

---

<sup>2</sup> Luiz Bezerra Neto: formado pela PUCCAMP. Nasceu no sertão nordestino- Pernambuco, Participou da CPT – Comissão Pastoral da Terra/SP e acompanhou de perto as lutas do MST. Atualmente, é professor de Filosofia e História da Educação no Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA) de Limeira. Autor do livro: SEM – TERRA Aprende e Ensina- Estudo sobre as práticas do movimento dos trabalhadores rurais.

<sup>3</sup> Pedagogo russo (1888 – 1940), contemporâneos dos grandes educadores e pedagogos russos, como Makarenko e Krupskaya, ligados aos projeto pedagógico socialista: uma pedagogia centrada na idéia do coletivo e vinculada

acampamentos, formação de sujeitos e pedagogia do MST.

No terceiro capítulo, o enfoque se dará sobre a Educação Básica do Campo, a relação do MST com essa proposta e o projeto de sociedade segundo o Movimento.

O quarto capítulo compreende a análise dos dados, com base nas entrevistas realizadas com os professores do assentamento João Batista, em Castanhal, se apresentam os pontos de vista por eles manifestados em relação à referida experiência educativa, seguida de uma breve análise dos referidos dados.

Por fim, as considerações finais refletindo criticamente os alcances, limitações e perspectivas dessa construção educativa, propostos nos objetivos desse trabalho.

“Extraordinário deve ser a Educação do ser humano, incorporando junto com o aprendizado alfabético a noção de todas as coisas que o rodeiam, provocando-o para que crie invente e invente formar de transformar esta realidade, para que ela sirva melhor ao desenvolvimento da vida humana”.

(Bogo, Ademar)

## CAPÍTULO I

### O MOVIMENTO SEM – TERRA

Neste capítulo, serão identificados elementos importantes quanto à formação do MST, a representação cultural do nome Sem-Terra; a concepção de educação do MST e os elementos da teoria pedagógica do movimento. Precisamente, os autores citados neste capítulo são: Luiz Bezerra Neto; Roseli Caldart e Paulo Freire.

PALAVRAS CHAVES: Formação do MST; Nome Sem-Terra; Concepção de Educação; Teorias Pedagógicas.

#### 1.1. A FORMAÇÃO DO MST:

Trabalhar a formação do Movimento Sem-Terra, não significa, simplesmente informar uma data fechada, ou a criação “oficial” do movimento. Na verdade, o surgimento dos Sem Terra se dá anterior à criação do MST e continua sendo construído até hoje.

Não é possível desvincular a formação do MST, da história dos primeiros trabalhadores e trabalhadoras que reivindicaram o direito à terra, ocupando terras produtivas como protesto, luta e rebeldia social.<sup>4</sup>

A indagação dessa classe social (trabalhadores rurais) sobre a sua condição social, provocou novas perguntas e conseqüentemente novas práticas. A consciência mais profunda da desumanização imposta, que implica na negação da

---

<sup>4</sup> Existem outros movimentos de trabalhadores rurais organizados por sindicatos, federações, grupos em vários lugares como: Paraná, São Paulo e outros. A pesquisa volta-se especificamente para o MST que apesar de ser

vocação do ser mais, suscitou ao mesmo tempo o encontro com o desejo de liberdade, de justiça e a firme decisão de construir a humanidade que lhe foi roubada.<sup>5</sup>

Em **Pedagogia do Oprimido**, Paulo Freire, expressa a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos, que está em libertar-se a si e aos opressores, desmascarando a falsa generosidade que sustenta a opressão.<sup>6</sup> Daí porque os detentores do poder econômico, resistem a idéia de que os pobres a partir de sua realidade concreta, descubram-se fazedores de sua própria liberdade. Porém, a construção da liberdade, vista apenas individualmente é reprodução da opressão. Pela ausência de uma consciência coletiva, os oprimidos, como dizia Paulo Freire, têm no opressor o seu testemunho de “homem”.

Desde o período colonial, sob o binômio opressão x libertação, registra-se no Brasil, a luta pela terra, encampada por povos indígenas contra os colonizadores.

De acordo com os comentários de Bezerra em seu livro, **Sem Terra Aprende e Ensina**, no final do século XIX, surgem, no cenário social, os movimentos ditos messiânicos, como **Canudos** – no sertão da Bahia (1870 e 1897), sob a liderança de Antônio Conselheiro, derrotados pelo exército federal; **Contestado** – na divisa do Paraná com Santa Catarina (1912 e 1916), cujo líder foi o monge José Maria, também derrotado pelo exército federal. O autor ressalta ainda que essas lutas correspondem a uma primeira fase de reivindicação no período

---

uma organização significativa não absorve todas as organizações de trabalhadores rurais que buscam resgatar o direito à terra.

<sup>5</sup> “A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica”. (Paulo Freire/Pedagogia do Oprimido, 32<sup>a</sup>. Ed. P. 30).

<sup>6</sup> “O poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm a necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da

republicano. Uma segunda fase vai de 1945 – 1959 e uma terceira fase compreende o período de 1950 a 1964, com o advento de movimentos camponeses, como: ULTABS (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), nas regiões Sul e Sudeste do País; as LIGAS CAMPONESAS na região Nordeste; e o MASTER (Movimento de Agricultores Sem – Terra), no Rio Grande do Sul.

A atuação desses movimentos foi predominantemente Regional e com eles se formavam as principais lideranças do MST, que posteriormente veio a consolidar-se. Dentre esses diversos movimentos, segundo a análise feita por Bezerra, o mais influente na formação do MST, foi o das Ligas Camponesas, pela luta mais intensiva e coletiva contra o latifúndio no interior do Nordeste, com maior ênfase na região do semi-árido de Pernambuco e da Paraíba.

A conjuntura mudou com o golpe militar em 1964 e muitos movimentos tiveram que silenciar devido a fortes repressões, retomando a militância na década de 70, com a fundação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra – CPT – organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nesse mesmo período, iniciam as greves do ABC paulista e o movimento de ocupação de terra no Rio Grande do Sul.

O MST nasce dessas lutas, marcadas pelo crescimento da concentração de terras e expulsão dos camponeses do campo. Segundo Bezerra (1999, p.12):

O MST, desde sua fundação, tem afirmado e reafirmado a necessidade inexorável de uma Reforma Agrária, que modifique a estrutura da propriedade da terra, dando-lhe um caráter socialista, transformando o modo de produção e conseqüentemente as relações de trabalho.

Pesquisas realizadas por Caldart (2000.p.69) apontam esse mesmo entendimento, quando diz:

---

injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (Paulo Freire/ Pedagogia do Oprimido 32<sup>a</sup>. Ed. P.31)

Assim se constituiu a base social que gerou ou que permitiu o nascimento do MST: do aumento brusco da concentração da propriedade da terra e do número de trabalhadores rurais sem – terra...do fechamento progressivo das alternativas que poderiam amenizar esta condição, gerando insegurança e miséria entre uma população acostumada a viver com um certo nível de estabilidade e, talvez por isto mesmo, também acostumada a seguir os tradicionais preceitos da ordem e progresso, o que a fez inclusive apoiar por muito tempo a ditadura militar.

Conforme pesquisas realizadas por Bezerra, a consolidação sob a sigla MST, deu-se em janeiro de 1984, no primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Cascavel- Pr. Contou com a participação de 150 delegados, predominantemente trabalhadores rurais, que a partir de então, decidiram-se por uma articulação em nível nacional. Os princípios definidos nesse congresso foram: Lutar pela reforma agrária – “Terra para quem nela trabalha”; uma política agrícola que favorecesse a permanência dos trabalhadores no campo e por último, uma luta por uma sociedade igualitária. Outros lemas fortaleceram a disposição de lutar para concretizar a reforma Agrária, como: “Sem reforma agrária não há democracia”; “Terra não se ganha, se conquista”.

Em 1985, o MST realiza o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Curitiba-Pr. Participaram 1500 delegados. O lema assumido coletivamente foi: “Ocupar é a solução”. Nesse mesmo congresso, definiram sua estrutura organizativa, associativa e suas instâncias de deliberação, a periodicidade dos congressos (a cada cinco anos), e dos Encontros (a cada dois anos). Foi eleita também, a primeira coordenação nacional e a primeira direção nacional do Movimento. (Cf. Bezerra, p. 15).

Em 1986, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional de Assentados, isto é, daqueles que já haviam conseguido a terra.

Na Constituinte de 1987/88, o MST, enfrentou a bancada ruralista-União Democrática Ruralista - UDR e adotando o slogan: Ocupar, Resistir e Produzir

convocava todos, da cidade e do campo a lutarem por Reforma Agrária, apresentando os benefícios para toda a sociedade.

O MST se apresenta não como um movimento restrito a trabalhadores rurais. A questão da terra é refletida também em nível urbano e há nesta convocação um entendimento de que a questão da reforma agrária é de todos e que os seus resultados influenciarão positivamente tanto o campo quanto a cidade, ou seja, toda a sociedade, pois, segundo a compreensão do próprio movimento, Sem-Terra não é somente o trabalhador rural. É cabível aqui, a reflexão de Caldart (2000,p.67): “O MST enraíza os sem – terra especialmente porque lhes inclui ou devolve a uma coletividade”. Nessa reflexão é ressaltada a ênfase dada à cultura do coletivo.

Com base na pesquisa de Bezerra, foi criada em 1992, a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, para acompanhar as cooperativas criadas nos assentamentos. Como entidade mantenedora, o MST criou a ANCA: Associação Nacional de Cooperação Agrícola. Enquanto projeto organizativo, o MST, criou seis setores: 1) Frente de Massa<sup>7</sup>; 2) Produção dos Assentamentos; 3) Formação<sup>8</sup>; 4) Educação<sup>9</sup>; 5) Comunicação e Propaganda<sup>10</sup>; 6) Finanças e Projetos.

Cabe a cada setor planejar suas atividades sem desvincular-se do coletivo.

## 1.2. REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO NOME SEM – TERRA:

---

<sup>7</sup> Reúne os lavradores para ações como: ocupação das áreas.

<sup>8</sup> Organiza cursos e seminários necessários para a formação da militância e das bases.

<sup>9</sup> Educação formal e informal seja nos acampamentos ou/ assentamentos. “Este setor está organizado em 15 dos 22 Estados brasileiros onde o MST se faz presente até o momento” (Bezerra/ Sem Terra Aprende e Ensina/ 1999/p.17).

<sup>10</sup> Divulga o MST, denuncia os conflitos com a polícia e toda espécie de exploração vivida pelos trabalhadores.

Tendo como ponto de partida a história da formação do MST, é importante aprofundar o significado da expressão Sem – Terra, apoiando-se na pesquisa da Caldart, que explora dois conceitos importantes: “*desgarrados da terra*” e “*novos sujeitos sociais*”.

Sobre essa questão, Caldart (2000, p. 24), afirma:

Ser Sem Terra hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade Sem Terra sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo. E ainda que seja necessário buscar a gênese desta formação em um contexto histórico que antecede e extrapola o MST, não é mais possível hoje entender quem são os sem – terra no Brasil fora da história do MST. Da mesma forma que parece incompleta a análise da atuação e do alcance deste movimento social, sem levar em conta que sua conquista social maior talvez seja exatamente a transformação dos desgarrados da terra em novos sujeitos sociais, tanto na sua dimensão de grupo que luta pela terra, quanto na dimensão de assentados, que passam a produzir e a organizar uma nova vida na terra que foi conquistada pela sua organização.

No item anterior, sobre a formação do MST, o trato foi sobre sua identidade, e que esta se fundamenta nas organizações camponesas. No contexto atual, conforme afirma Caldart, MST e trabalhador rural não são a mesma coisa e refere-se a isso, quando relata sobre a função social do movimento que é a transformação dos “*desgarrados da terra*” em “*novos sujeitos sociais*”.

Na realidade brasileira, desde o período colonial até os dias atuais, pode ser considerado “*desgarrado da terra*”, todo trabalhador, seja do campo ou da cidade, que não possui um lugar fixo para morar, plantar, produzir e exercer sua cidadania. Pelos fatos ocorridos na história, sabe-se que o homem, a mulher sempre tiveram seus direitos lesados, precisando sempre apoiar-se em lutas populares reivindicatórias para garantir espaços alternativos de vida. São esses desgarrados que se transformarão em novos sujeitos sociais, segundo a leitura feita por Caldart.

Esse conceito remete à consciência de uma classe social, isto é, uma nova identidade, que descobre a si mesma e se fortalece enquanto tal, na medida

em que se descobre também parte de um coletivo, vinculando essa identidade, segundo Caldart (2000, p. 25), “com uma luta social, com uma classe e com um projeto de futuro”. Portanto, não será mais possível ser do MST e no momento em que conseguir a terra ser somente trabalhador rural, retomando a condição de categoria. É partindo desse entendimento que os sem – terra assentados, não serão mais os mesmos camponeses de antes. Por isso se identificam como Sem Terra e continuam integrantes do MST.

Caldart (2000, p. 25) é pertinente quando afirma:

Os Sem – Terra passam a ser sujeitos sociais à medida que se constituem como uma coletividade que traz para si (o que não quer dizer esgotá-la em si) a luta para garantir sua própria existência social como trabalhadores da terra, enfrentando aqueles que, nesta sociedade, estão destruindo a possibilidade desta existência.

Caldart deixa claro, em sua análise, que ao constituírem-se sujeitos sociais, constoem-se também, sujeitos políticos, pois passam a ter espaços significativos nos embates. No caso do MST, conseguem incluir a discussão da Reforma Agrária na agenda política de uma sociedade.

Verifica-se com isso que o MST é um processo complexo, um movimento dialético e que, ao mesmo tempo, em que é produto (no sentido de fazer-se, construir-se) é também agente desta formação. O MST é constituído de diversos sujeitos. Sobre isso, cito novamente Caldart (2000, p. 26):

Podemos falar nos Sem Terra como sendo as mulheres Sem Terra, as crianças Sem terra, ou os Sem Terra de origem étnicas e culturais diferentes; ou podemos falar dos Sem Terra acampados e dos Sem Terra assentados, e assim por diante... Há identidades diversas que se combinam na formação desta identidade social mais ampla.

A autora fala nos Sem Terra acampados e nos Sem Terra assentados. Respectivamente, o primeiro significa que ainda não possuem a posse da terra reconhecida enquanto tal; diferente da condição dos assentados, que possuem a posse da terra, podendo viver uma nova experiência de campesinato, pois começam

a plantar, produzir, organizar-se em cooperativas, construir suas escolas, casas, concretizando parte dos objetivos da luta.

O passo seguinte traz a discussão sobre a Concepção de Educação no MST, partindo do princípio de que o MST forma sujeitos ou um novo sujeito sociocultural.

### 1.3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO MST.

A abordagem, Concepção de Educação do MST, discute o alcance do Movimento quanto à educação, a partir de suas prática, concepção de sociedade e da formação do sujeito. Neste sentido, prepara de forma significativa o segundo capítulo que enfatizará a importância das Escolas no MST.

No item anterior ao trabalhar sobre a Representação Cultural do nome Sem – Terra, considerou-se que o MST, constitui-se em sujeitos sociais e sujeitos políticos e que por isso são agentes de formação de outros e novos sujeitos. Essa afirmação é um estímulo e ao mesmo tempo uma provocação para investigarmos sobre a Concepção de Educação pertinente ao movimento, haja vista que o MST segundo Caldart (2000, p.26), “pode ser entendido também como um sujeito sócio – cultural”.

Analisando sobre a formação do sujeito e a sua dimensão cultural, Paulo Freire em **Pedagogia da Autonomia**, afirma a importância de se considerar a identidade cultural, identificando pela dimensão individual e a de classe, como indispensável a qualquer prática educativa e como condição para que o sujeito crie possibilidades para a sua própria construção. Esse entendimento coincide com a concepção de educação do MST, conforme expressa Caldart em **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, que o MST ao identificar-se como “formador de sujeitos” ou de uma coletividade, se vê na obrigação de pensar neste sujeito, no singular, ligados

a uma luta social concreta que reflete e prepara mudanças sociais profundas. Freire e Caldart, não diferem de Bezerra em seu livro, **Sem - Terra, Aprende e Ensina**, ao considerar como prática educativa os mecanismos de luta do movimento, que caracterizam uma identidade cultural coletiva, construída a partir da opção de cada militante, pois, no trabalho de formação do “homem novo”, “deve-se exigir o máximo da pessoa e respeitá-la ao máximo”. Fala isso, referindo-se a disciplina que os integrantes devem conseguir para a convivência coletiva e para o enfrentamento das adversidades próprias de uma vida “revolucionária”.

Ao longo do tempo, o MST vem construindo uma proposta pedagógica, através da qual, educar não é simplesmente transmitir conhecimento. Pois, é através da educação que o movimento busca fortalecer suas práticas, atitudes e sentimentos. Essa maneira de pensar, encontra apoio em Freire (2002, p. 52), que diz:

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção... este saber não apenas precisa de ser apreendido pelos educadores e educandos nas suas razões de ser - ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido.

A seguir, pontuarei alguns aspectos, cuja identificação facilitará o entendimento desse processo educativo na concepção do MST.

- *A disciplina enquanto um aprendizado coletivo:* Para dar conta dessa disciplina coletiva, o MST desenvolve uma mística, que se constitui num importante elemento de formação.

Segundo Bezerra (1999, p. 37):

Para o MST, mística significa o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos.

- *O rompimento de três grandes “cercas”: a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância:* essa consciência se dá pelo processo educativo.

*A relação entre a formação política e a organização dos trabalhadores:* Como diz Bezerra (1999, p.50), “trabalho, reforma agrária, organização e cooperação, compreendem os principais eixos temáticos em torno dos quais o MST se estrutura para educar”.

- *A construção histórica do movimento e a sua organização social,* que faz compreender a aproximação entre o MST e a escola. Segundo Caldart, essa relação pode ser concebida como um destes processos que compoem o processo maior de formação histórica do sem – terra brasileiro. Essa formação de constitui também pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos.

- *O olhar do MST sobre si mesmo,* que compreende a preservação da memória das lutas anteriores e dos militantes tombados, a compreensão da sua base social e os valores éticos de seus integrantes.

A concepção de educação até então descrita, tem contribuído para que cada integrante do Movimento faça a sua escolha. A sustentação dessas escolhas deve-se ao cultivo dos valores, que implicam em reflexão, de razão e de sentimento, sobre a prática, sobre a vida e sobre a história. Tais escolhas e valores se enquadram no campo da formação humana e traz em seu bojo de discussão, como diz Caldart (2000, p. 41), “a importância de romper com a mentalidade de povo colonizado”.

- *A dimensão de projeto de sociedade.* O ponto de partida, pode ser novamente Caldart, que reflete sobre a experiência educativa dos Sem-Terra. Em um de seus comentários reforça a importância de analisar o processo educativo do

MST na perspectiva de pensar sobre o que esse processo projeta no funcionamento geral da sociedade e isso vale igualmente quanto ao modo diferente de pensar e organizar a escola. Este tema será melhor aprofundado no segundo capítulo.

- *A experiência humana como parte fundamental de todo esse processo.*

Esse aspecto é significativo dentro de uma concepção educativa, por ser considerado como mediação necessária entre o ser social e a consciência social.

É oportuno registrar o que diz Freire (2002, p.47):

A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar “virgem” do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção...A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância.

Entender o desenvolvimento de uma educação que se produz desde a dinâmica de um movimento social como o MST é também buscar entender como a escola pode participar dos processos de transformação social. Por isso, antes de falar sobre a escola diretamente, é importante focar os elementos de teorias pedagógicas, presentes na tentativa de compreender o sentido sócio cultural e educativo do MST.

#### 1.4. ELEMENTOS DE TEORIA PEDAGÓGICA

Não se trata ainda de um aprofundamento sobre a Pedagogia do MST, mas dos elementos teóricos que foram determinantes na sua construção.

Novamente, retomo os estudos de Caldart, com idéias igualmente importante de Paulo Freire, Pitask e Arroyo. Com base nesses teóricos, organizo três elementos que os considero como relevantes:

##### **1.4.1. Educação como Formação humana.**

Esse é um dos elementos de origem, pois provoca a discussão acerca do homem fazer-se a si mesmo, enquanto humano e parte de uma humanidade maior. Neste elemento, encontra-se a grande pergunta: Como acontece o processo de humanização?

Para Caldart (2000, p.55):

Com a reflexão sobre formação humana se recupera também uma concepção mais universal de educação [...] o que vem abrindo espaço para que reflexões sobre educação aconteçam cada vez mais em outros locais que não a escola, e desde outras ciências que não a Pedagogia.

Arroyo (1998 apud Caldart, 2000, p.55) afirma que:

Recuperar a visão de educação como formação humana, da escola como um dos tempos e espaços desta formação, e da teoria pedagógica como tendo por objeto a compreensão do que é constitutivo da ação educativa e cultural, da socialização e formação de identidades, saberes, valores, da construção e apreensão do conhecimento, é tarefa urgente para educadores comprometidos com as questões do nosso tempo, que dizem respeito ao próprio destino de nossa humanidade.

Caldart e Arroyo questionam a predominância de uma Pedagogia voltada para dentro da escola. Chamam atenção para questões que são extensivas a quem trabalha com educação, seja dentro da escola ou fora dela. Caldart (2000, p.56) explicita algumas perguntas: “como nos formamos como humanos? Como educar as pessoas para que cresçam na sua condição humana?” E a partir dessas questões mais amplas, propõe questões mais específicas:

Como formar o povo brasileiro para recuperar sua condição humana de sujeito da história de seu país? Como desenvolver nas pessoas os valores humanos capazes de interromper esta lógica de barbárie social que impera em nossa sociedade?

Tais perguntas, não são comuns nas reflexões sobre a pedagogia escolar e com certeza esta, se enriqueceria muito mais à medida que trouxesse para discussão as questões em torno da dinâmica social resgatando a sua importância no processo educativo, gerando assim, um saber crítico que propõe um conhecimento da História sempre a partir de possibilidades.

É nesta perspectiva que reflete Freire (2002 p. 85-86):

Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me *adaptar*, mas para *mudar* [...]. Constatando, nos tornamos capazes de *intervir* na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela [...]. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra.

Paulo Freire em **Pedagogia da Autonomia** acentua que é na rebeldia face às injustiças que nos afirmamos. Da rebeldia é preciso passar a posturas revolucionárias que buscam transformação radical do mundo, pois a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.

Este saber proporciona uma formação humana, por estar preocupada com o destino da humanidade, daí a ênfase na leitura de mundo, na construção de práticas humanizantes.

#### **1.4.2. Entendimento das Práticas Educativas.**

Historicamente, a educação nunca aconteceu desvinculada do contexto sócio – político e econômico da sociedade. Não há, portanto como compreender a educação sem compreender seus determinantes estruturais, principalmente, quanto ao modo que uma determinada sociedade organiza a produção e a reprodução de suas condições materiais de existência.

É neste contexto que Caldart, (2000, p. 57), ao trabalhar sobre as práticas educativas, ressalta a relação entre educação e vida produtiva:

O modo de produção e as relações sociais estabelecem as pressões e os limites sobre todo o conjunto das práticas sociais, entre elas a educação. Ou seja, há determinantes estruturais no modo como se pensa e se faz a educação em cada período histórico, e no próprio processo de constituição dos sujeitos que experimentam estas condições e trabalham sobre elas.

Caldart estimula a idéia de que há também um processo de produção e reprodução da existência, que pode educar ou deseducar os sujeitos. Se, enquanto

construtores da sua própria existência, o sujeito torna-se um ser educativo e formador, pode também na mesma proporção ser um construtor da sua vida produtiva e desdobrar isso em ações educativas planejadas. Daí porque considera o **trabalho como princípio educativo**, na medida em que neste trabalho se inclua a dimensão formadora dos processos culturais, da participação nas lutas sociais. Segundo a autora (2000, p.58), uma das implicações desta visão pedagógica, é a contribuição para a relativização de uma história idealista de educação<sup>11</sup>. Sobre isso afirma:

A experiência dos movimentos sociais, e a do MST especialmente, reforça bastante esta concepção menos idealista de educação. Esta inversão de ênfase, por sua vez, altera também o pensar sobre o fazer da escola, redimensionando a própria concepção do que devam ser as preocupações centrais da pedagogia escolar.

Pistrak, em **Fundamentos da Escola do Trabalho**, escreveu sobre o processo de construção de uma pedagogia social e de como vincular o plano de vida com um processo de transformação social, onde o estudo, o trabalho, as atividades culturais e políticas façam parte de um programa de formação do povo para que se assuma como sujeito da construção da nova sociedade. Para ele o objetivo fundamental da escola é estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela, reorganizando ativamente essa realidade, portanto não dá para separar escola e trabalho.

Pistrak (2000, p.50)<sup>12</sup> afirmou que:

O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças[...]. Não se trata de estudar qualquer tipo de trabalho humano, mas de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos[...]. Na base do trabalho escolar devem estar o estudo do trabalho humano, a participação nesta ou naquela forma de trabalho, e o estudo da participação das crianças no trabalho.

<sup>11</sup> A concepção de que o ser humano se forma nas idéias, pelas idéias e para as idéias.

<sup>12</sup> O Texto do autor foi traduzido para o português pela 1ª vez em maio de 2000 pela Editora Expressão Popular Ltda. Teve como tradutor: Daniel Aarão Reis Filho.

Paulo Freire em **Pedagogia da Autonomia** reforça que ao relacionar-se com os grupos populares, é preciso considerar seu saber, sua experiência, sua explicação de mundo, construindo assim uma postura dialógica e indagadora. Essa postura política – pedagógica é envolvente por está atenta às aspirações humanas partindo da sua realidade atual. Desse entendimento é que a escola pode ser considerada como um dos importantes espaços de formação humana.

#### **1.4.3. A escola como um dos tempos e espaços de formação humana.**

A prática social enquanto princípio educativo entende que a escola não é o único espaço de formação humana, rompendo com uma tradição no pensamento educacional que é a de não confundir educação com escola. Em alguns momentos essa teoria levava a uma secundarização do papel educativo.

Sobre isso, afirma Caldart (2000, p.59):

A própria trajetória do movimento de educação popular no Brasil e América Latina é marcada pela ênfase nas práticas educativas que se desenvolvem fora da escola, às vezes mesmo contra a escola. Foi principalmente a luta dos movimentos sociais pela escola pública de qualidade que acabou exigindo uma nova reflexão pedagógica que rompesse com esta separação estanque, desenvolvendo um lugar efetivo para a escola na educação do povo.

Nas análises de Caldart, percebe-se que com o tempo, o próprio movimento popular foi dando espaço a uma outra reflexão sobre o sentido da escola, compreendendo-a como lugar fundamental de educação do povo, exatamente porque se constitui como um tempo e um espaço de processos socioculturais, que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam. Constitui-se assim muito mais pelas relações sociais que constrói em seu interior, do que pelos conteúdos escolares, embora

esses, façam parte do processo, principalmente enquanto socialização do conhecimento.

Suas idéias a esse respeito (Ibid, p. 60) é que:

Uma importância maior ou menor da escola em relação ao conjunto diverso dos processos de formação humana está relacionada à própria consciência dos sujeitos que atuam na escola sobre não ser ela o único nem o melhor lugar desta formação. Porque esta consciência implicará em uma atitude de alargamento das preocupações educativas da escola, e na derrubada cultural dos muros que a separam do mundo da vida e da história real. Isso precisa ser feito para que a escola se deixe ocupar pelas outras práticas sociais e suas dimensões educativas e, o que é o mais importante, pelos sujeitos destas práticas.

Esses elementos teóricos são fundamentais para o desdobramento dessas reflexões, considerando um olhar sobre o MST, principalmente quando essas matrizes pedagógicas forem retomadas, buscando compreender o fazer e o pensar a educação e a escola dentro da dinâmica educativa de um movimento social como o MST.

É predominante no MST, relativo à educação, o princípio da coletividade.

A educação, a escola, segundo o movimento, deve atender os interesses da coletividade, isto é, uma educação que exprima a individualidade do grupo do qual faz parte. É o espírito coletivo que permeia toda a formação do sujeito. Essa não é uma regra geral presente em todos os seguimentos da sociedade. Há interesses que divergem desse princípio. A doutrina neoliberal, por exemplo, prega uma formação que se adeque à lógica e exigência de mercado e a maioria das escolas, quer públicas ou privadas, entendem que sua missão é formar pessoas aptas para serem bons profissionais no mercado.

É oportuno, ressaltar aqui o princípio da contradição trabalhado por Durkheim. O autor apresenta um dado a ser considerado que é a variação pela qual tem passado a educação de acordo com o tempo e o meio.

Segundo Durkheim (1965, p. 36):

O postulado tão contestável de uma educação ideal conduz à erro ainda mais grave [...]. Na verdade, porém, cada sociedade considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível.

Quanto aos sistemas de educação, como por exemplo, campo x cidade; classes sociais ou regiões, Durkheim em suas análises chama atenção para que qualquer que seja a importância destes sistemas de educação, eles não constituem toda a educação, ou até mesmo que não bastam a si mesmos. Para ele, a educação, na sociedade, não é outra coisa, se não o meio pelo qual se prepara no íntimo do sujeito as condições essenciais da própria existência.

No segundo capítulo, a seguir, a abordagem voltar-se-á para a escola do MST propriamente dita, penetrando mais nas questões práticas, que envolvem a relação do movimento com a escola.

## **C A P I T U L O   I I**

### **A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MST**

Neste capítulo a abordagem é específica sobre a escola do MST, em seu sentido literal. Seus objetivos principais: aprofundar o surgimento da escola no MST; os princípios pedagógicos e filosóficos que norteiam essa escola; a concepção pedagógica presente nas escolas dos acampamentos e assentamentos e por fim algumas considerações sobre o projeto de sociedade assumido também pelo movimento.

**PALAVRAS CHAVES:** A origem da escola- Princípios- Pedagogia, Projeto de sociedade.

Em síntese, a reflexão formulada até aqui é a seguinte: não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST considerando somente a Escola. É entendendo o movimento em sua dinâmica mais global, que se pode incluir a escola.

Por educação, se entendeu até agora, todo o processo educativo que perpassa o conjunto das ações do MST e a vivência de cada sem - terra em sua trajetória histórica ou na construção de sua própria identidade, suas lutas e conquistas. Toda essa dinâmica constitui-se como um movimento sócio-cultural, cujo processo é a formação do sujeito Sem Terra e ao mesmo a formação do sujeito cultural, à medida que suas ações e sua forma de atuação na sociedade, produz um estilo de vida próprio, princípios e valores que revelam um jeito de conceber as relações sociais que difere da sociedade vigente.

No primeiro capítulo - item 1.3, sobre Concepção de Educação no MST, foi ressaltado a importância que é para o MST, romper com três “cercas”: a cerca do

latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância. Procurando aprofundar essas questões é que neste segundo capítulo, o trato se dará sobre a Escola em seu sentido literal.

A escola ocupa hoje, um espaço tão importante, quanto o da luta pela terra. Direito à Terra e Direito à Escola, enquanto lugar específico de estudo de forma organizada, sistemática, para os vários níveis, desde a infância. Para o movimento, a Escola, não é compreendida apenas como lugar onde se produz conhecimento, embora considere que este seja um de seus principais componentes.

Sobre isso, Caldart (2000, p. 138), afirma que:

Esta consciência da necessidade de aprender leva então à disposição de estudar, no sentido de buscar conhecimentos, mas também buscar transformar-se enquanto pessoa, jeito de ser. Para dar conta das tarefas delegadas pelo MST são necessários conhecimentos, habilidades, mas não só. Às vezes, o que mais entra em jogo é a postura diante da realidade, as convicções, os valores, os comportamentos, a mística, o equilíbrio pessoal. Por isto também é que, para o Movimento, estudo (no sentido de formação) não pode ser compreendido apenas como produção do conhecimento.

Essa reflexão é uma constante nas escolas formais do MST. São questões problematizadas com o intuito de superar concepções pedagógicas que reduzem o papel da escola a produção de conhecimento. Ocupar a Escola implica também em um processo de transformação da escola, a fim de que a proposta de educação alcance a realidade dos novos sujeitos.

Sobre a ocupação da escola, Caldart (2000,p.139-140), enfatiza três aprendizados:

Quando ocupa uma escola em busca de formação, o sem – terra precisa aprender a apropriar-se dela sem desapropriar quem nela já é dono do patrimônio que procura. A relação pedagógica não é uma relação de desapropriação, mas de apropriação compartilhada [...]. Um outro aprendizado está na transformação desta vivência coletiva de que a escola pode ter relação com a luta e com a terra na efetiva atribuição de novos significados à escola concreta, aquela em que cada família busca colocar seus filhos para que tenham um futuro melhor [...] O terceiro aprendizado [...], trata-se da descoberta de que sua vida no Movimento tem sido, de fato, uma grande escola, e que através da luta já aprendeu muito mais coisas do que lembra ter aprendido no seu tempo de escola formal.

A reflexão permite afirmar que lutar por Escola é tão importante quanto lutar pela Terra, principalmente porque o MST considera o analfabetismo como um dos mais sérios entraves a ser enfrentado no sentido de transformar a realidade agrária no Brasil.

Essa consciência faz o MST, segundo Bezerra (1999, p. 43):

Colocar como tarefa fundamental para si, eliminar o analfabetismo nos assentamentos e preparar os jovens para assumirem a condição de futuros técnicos, futuros doutores e transformar o meio rural numa sociedade progressista, igualitária, onde haja justiça social e educação para todos.

Sendo hoje, a escola, uma realidade específica da história do MST é importante que seja dada a essa temática um tratamento especial, compreendendo com mais cuidado a relação entre um movimento social e a escola.

## **2.1. A ESCOLA NO MST: COMO TUDO COMEÇOU.**

Na nossa militância existe disseminada uma vontade generalizada de estudar. As palavras de ordem “sempre é tempo de aprender” e “todos Sem Terra na escola” já representam um verdadeiro objetivo!

(João Pedro Stédile./Brasil,1998).

Dizer ocupação da escola pelo MST, não se trata de um momento de ocupação, mas, sim, de um processo, onde é possível identificar um começo, o que não é o mesmo que definir o exato momento.

A trajetória da Escola no MST não é um processo que acontece na mesma proporção ou igual em todos os acampamentos e assentamentos. Há avanços em uns, outros, é uma prática em andamento. Portanto, uma trajetória que muda de acordo com o ritmo dos assentados ou acampados.

O avanço era maior por parte de algumas famílias que já conviviam com a escola antes, porém, em determinados acampamentos ou assentamentos, a maioria

das famílias desconhece a Escola, pois não as tinham como algo, dito “normal” em suas vidas. Essa é uma informação que explica o índice de analfabetismo e/ ou baixa escolaridade registrados nos assentamentos. Esse índice varia de um assentamento para outro. A mesma observação vale para os acampamentos.

### **2.1.1 A Trajetória da Escola do MST.**

Olhando essa trajetória, é possível organizar em três significados o surgimento da Escola no MST:

2.1.1.1- As famílias sem – terra mobilizaram-se (e mobilizam-se) pelo direito à escola.

Caldart (2000, p. 145), enquanto educadora afirma:

As primeiras a se mobilizar foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento. Aos poucos, as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola. Este é, de fato, o nascimento do trabalho com educação escolar no MST.

2.1.1.2 – O MST, decidiu pela mobilização das famílias, organizar, articular e produzir por dentro de sua organicidade uma proposta pedagógica específica para as escolas e formar educadores para trabalhar nesta perspectiva.

Caldart (2000, p. 145), faz o seguinte comentário:

A criação do Setor de Educação formaliza o momento em que esta tarefa foi intencionalmente assumida. A partir de sua atuação, o próprio conceito de escola aos poucos vai sendo ampliado, tanto em abrangência (do companheirinho ao companheirão), como em significados (escola é mais do que escola).

2.1.1.3 – O MST, incorporou a escola em sua dinâmica: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem – terra.

Segundo Caldart (2000, p. 145), essa preocupação aparece:

[...] com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem – terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma escola qualquer.

Pedro Tierra (1996 apud Caldart, 2000, p.146), escreveu:

Para o MST investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, um gesto, aliás, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são face e contraface do mesmo processo<sup>13</sup>

A realidade educacional brasileira, especificamente quanto à educação do campo, distanciou e ainda distancia o homem do campo das “letras”, ou seja, do acesso à escola. Este é um elemento real e relevante na história do surgimento da Escola no MST. Outro elemento é que no princípio de (1985) quando o MST, foi formalmente criado, algumas famílias ocupavam a terra, mas deixavam os filhos em outro lugar para que continuassem os estudos (uma iniciativa principalmente das mães, cuja realidade, escola, lhe era próxima). Essa atitude funcionou como um choque para o problema. Foi percebido com isso, que, separar os filhos dos pais era descaracterizar uma luta que começou em família. Foi relevante ainda a pressão feita por professores e algumas religiosas que marcavam presença e apoio no acampamento, levando adiante uma preocupação presente nas famílias sem - terra.

A presença das crianças acampadas, provocou fortes inquietações: O que fazer com essas crianças?

Todas essas inquietações, mobilização e pressão das pessoas dentro do movimento, explicam, então a origem da Escola no MST.

As primeiras experiências aconteceram no Rio Grande do Sul, onde se deu início a ocupação de terras. Foram feitos levantamentos do número de crianças

---

<sup>13</sup> Memória de viagem do poeta Pedro Tierra a Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. Os registros sobre o massacre dos sem – terra de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, mostram que a opinião pública ficou sensibilizada pelo destaque da imagem e dos depoimentos sobre a importância dada pelos sem – terra à escola do acampamento. No mesmo cenário onde registraram a dor, encontraram esperança na continuidade da luta e da vida, com terra, escola e dignidade.

entre 7-14 anos existente no acampamento<sup>14</sup>. A partir desse levantamento, seguiu-se outras iniciativas, como: a formação do quadro de professores, sensibilização de todas as famílias. Dessas iniciativas nasceu o Setor de Educação do MST, que até hoje organiza e acompanha o trabalho de educação nos assentamentos e acampamentos.

## 2.2 A ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST:

Tomando como base os comentários de Bezerra (1999), através do seu livro **Sem- Terra, Aprende e Ensina**, e os de Mitsue Morissawa (2001), através do livro **A história da luta pela terra e o MST**, é possível contextualizar, ainda, que, com limitações, a organização do setor de educação do MST.

- 1987 – Foi formalizado o Setor Nacional de Educação do MST, no 1º Encontro Nacional de Educação, em São Mateus, Espírito Santo. Contou com a participação de educadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Bahia, estados onde o MST estava se organizando. A discussão maior se deu em torno sobre a implementação de escolas públicas de 1ª. a 4ª. séries e a formação de professores para escolas de assentamento.

As questões centrais que nortearam todo o encontro foram:

- O que se pretende com as escolas dos assentamentos e como deve ser uma escola de assentamento.
- 1988 – Como resultado desse 1º encontro, o MST criou o Setor de educação em vários estados. Organiza-se também nos estados, diversos cursos de formação dirigida ao trabalho nos assentamentos, como:

---

<sup>14</sup> Depoimentos encontrados nos registros sobre a história da educação no MST. Experiência pioneira no Rio Grande do Sul, da fazenda Anoni. Nesses registros, Bernadete Schwaab, relata que esta questão no começo

- O curso de Administração e Contabilidade, promovido em Curitiba pela Comissão Estadual dos Assentados do Paraná, para os grupos de lavoura coletiva do estado, com a participação de 35 assentados;
- O primeiro laboratório Nacional Experimental para formação de quadros organizadores de empresas, em Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul.
- 1989 e 1990 – O setor de educação do movimento definiu como prioridade a estruturação dos regionais e a habilitação dos professores rurais leigos. Em janeiro de 1990, em Braga, Rio Grande do Sul, teve início o primeiro curso de Magistério voltado a escolas de assentamentos. O curso foi realizado no Departamento de Educação Rural da Fundep<sup>15</sup> – Fundação de Desenvolvimento Educação e Pesquisa) da Região Ceileiro. Em 2000, o curso estava formando, sua sexta turma, com alunos de 18 estados.
- 1991 e 1992 – Foi prioridade a campanha de alfabetização de adultos – O Projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a implantação de oficinas de capacitação pedagógicas para atender a formação de professores. Com esse trabalho aumentou o número de educadores e o número de formandos.

As oficinas pedagógicas contribuíram também para a definição de quem poderia ser considerado educador do MST.

Caldart (1997 apud Bezerra, 1999, p. 45) define assim:

[...], podem ser consideradas como trabalhadores da educação, ou educadores, no sentido de estar relacionado à escola, as pessoas que têm como atividade principais no MST: 1) o trabalho de magistério em escolas de assentamentos; 2) monitoria ou assessoria ao trabalho de educação de jovens e adultos (alfabetização e pós-alfabetização); 3) monitoria ou assessoria ao trabalho de educação infantil (“creche” e pré – escola”); 4)

---

chegava a gerar alguns conflitos.

<sup>15</sup> Criado em agosto de 1989 pelos diversos movimentos sociais do campo para atender às demandas de escolarização alternativo no meio rural. A sede atual no ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) em Veranópolis, Rio Grande do Sul. ( Morissawa, 2001, p.241)

mobilização e organização das comunidades de assentamentos e acampamentos para garantir a educação escolar adequada; 5) organização e acompanhamento dos cursos supletivos de 1º e 2º graus viabilizados pelo movimento; 6) trabalho de formação de professores e monitores.

- 1994- Realizado em Belo Horizonte o Curso Nacional de Pedagogia para professores de Assentamentos<sup>16</sup>
- 1995- Foi criado o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária). Oferece também cursos técnicos ligados à produção e à administração rural, como o supletivo de TAC (Técnico em Administração e Cooperativa), que tem equivalência de ensino médio e é reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura).
- 1996 - Inaugurado em cinco acampamentos de Goiás, escolas, inicialmente de alfabetização para maiores de 14 anos com duração de 10 meses.<sup>17</sup>
- 1997- Inaugurada a Escola de Ensino Supletivo Josué de Casto<sup>18</sup>, em Veranópolis, Rio Grande do Sul, única no País que ensina Administração em Cooperativismo para Assentados. Credenciada para desenvolver ensino supletivo de 1º e 2º graus, já havia formado duas turmas em meados de 2000.

Neste mesmo ano (1997), o MST realizou o 1º Enera (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária), em convênio com a UnB (Universidade de Brasília), a Unesco (organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e

---

<sup>16</sup> Os objetivos do curso : capacitação do coletivo de educação do MST; discussão dos fundamentos teóricos da proposta de educação do Movimento; exercitar planejamento coletivo; atualizar questões conjunturais da educação em nível nacional; fortalecer intercâmbio com entidades afins e produzir material didático.(Ibid. 2001, p. 242).

<sup>17</sup> Durante o ano de 1996, o MST realizou um programa de alfabetização de adultos nos assentamentos em convênio com o MEC. Foram alfabetizados 7 mil adultos e o programa recebeu premiação do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) – (Ibid, 2001, p.243).

<sup>18</sup> (1908 – 1973) Nasceu em Recife-Pe, filho de um expulso do campo. Formou-se em Medicina pela Universidade Nacional do Rio de Janeiro. Foi professor nas faculdades de Medicina e Filosofia em Recife, e dedicou-se à população que habitava as palafitas às margens do Capibaribe e do Beberibe. Em 1950 tornou-se presidente do Conselho da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).Foi Deputado federal (1956 - 1962). Foi embaixador do Brasil na ONU (1962-1964), em Genebra. Foi um exilado

Cultura) e o Unicef. O Encontro reuniu 700 delegados de 30 universidades de 19 estados e do Distrito Federal, além de 200 convidados. Sob o tema: “Escola, terra e dignidade”.

Com o Apoio de Reitores de Universidades, foi criado o Pronera (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária), tendo Todorov (reitor da UnB, como coordenador. O programa contou com o apoio de 38 universidades.

- 1998 - (25/04/98): Foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educadores de Jovens e Adultos, em Recife-Pe. Com 700 participantes.

Gradativamente e com objetividade, o MST, foi entendendo que a sua luta pela terra, para dela tirar o seu sustento, por trabalho, para superarem a exploração e a miséria, não alcançará plenamente seus resultados, se não lutar na mesma proporção por uma educação comprometida com a classe trabalhadora, sendo indiscutível que a educação, é portanto, fundamental nesse processo.

A proposta educacional, definida pelo MST, buscou desde o início fortalecer os vínculos que devem existir entre trabalho produtivo e o estudo, que subtende uma estreita relação entre teoria e prática, sendo a última, entendida como obrigatória.

Essa proposta de educação foi fortalecida quando o MST constituiu os coletivos de educação, para dar conta de duas demandas: a de garantir com mais eficiência a mobilização pelo direito à escola, e a de trocar experiências em relação de como desenvolver uma escola diferente.

É importante ressaltar que nos primeiros acampamentos a equipe de educação começava a funcionar depois de vários meses. O entendimento era: primeiro, a luta pela terra e segundo a escola. A partir do momento que MST tomou

---

político durante a ditadura militar. Buscou asilo na França, onde lecionou na Universidade de Paris. Morreu em 1973.

consciência da importância da escola, a equipe de educação passou a integrar a estrutura organizativa dos acampamentos, desde o seu primeiro dia. Se em outros momentos, a presença das professoras foi uma coincidência, depois tornou-se uma articulação planejada, uma experiência que se repete a cada novo acampamento.

Hoje, as indicações são:

- Onde não existe, constituir o Coletivo das educadoras da escola;
- Se não existe, constituir a equipe de educação do Assentamento ou Acampamento, ou de representantes das comunidades, se a escola for regional. ( Caderno de Educação nº 8).

Comentários do Caderno de Educação nº 8, **Princípios da educação no MST**, afirmam que, sem uma coletividade de educadores não há verdadeiro processo educativo, fundamentando em Makarenko <sup>19</sup> que disse: “Nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua conta e sob sua responsabilidade”.

Um professor ou uma professora que trabalhe só, não consegue concretizar a escola necessária para a realidade do MST.

Há um desafio a ser superado, conforme nos fala Caldart (2000, p. 155):

O MST tem conseguido garantir escola para seus integrantes, chegando hoje a um universo de pouco mais de mil escolas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental em suas áreas[...].O grande desafio fica por conta de ampliar o número de escolas com o ensino fundamental completo que chega apenas a cem em todo o país.

A cada novo acampamento a história se repete embora, como em relação ao conjunto, já com os aprendizados coletivamente construídos, de ambos os lados.

### **2.2.1. Frentes de Trabalho Educacional:**

Segundo Morissawa (2001,p.246-247), o trabalho educacional é realizado em 23 estados em que o MST está organizado, nas seguintes frentes:

- Ensino Fundamental;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação infantil : a ciranda infantil;
- Formação de educadores: cursos não – formais, cursos formais de Magistério e de Pedagogia;
- Ensino Médio, incluindo formação de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas.

Os dados estatísticos das atividades escolares formais são :

- Escolas de ensino fundamental: 1.200;
- Educadoras do ensino fundamental: 3.800;
- Estudantes: em torno de 150 mil;
- Educandos jovens e adultos: 25 mil;
- Educadores de jovens e adultos: 1.200;
- Educadores das cirandas infantis: 250.

Formação do ITERRA:

- Técnico em Administração de Cooperativas;
- Técnico em Administração de Assentamentos;
- Especialização em Administração de Cooperativas ( em parceria com a UnB e a Unicamp).
- Supletivo de 1º grau para trabalhadores do município de Veranópolis e região (prioridade para trabalhadores urbanos);
- Supletivo de 2º grau para trabalhadores do município de Veranópolis e região (prioridade para trabalhadores urbanos).

O ITERRA estava, em meados do ano 2000, com sua 8ª. turma de Magistério. Nos cursos do ITERRA os alunos têm dois meses de aulas teóricas e, durante dois meses, dedicam-se a atividades pedagógicas práticas em seus assentamentos.

A escola é administrada em forma de cooperativa, contando com a contribuição dos educandos no trabalho de manutenção do estabelecimento.

### **2.3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA NO MST:**

“A formação de um novo ser começa pela escola, onde o filho do sem – terra inicia seu aprendizado sobre o universo a partir das coisas que o rodeiam, formando assim uma conduta integrada ao meio onde vive”.

(Ademar Bogo)

---

<sup>19</sup> Educador Russo. Coordenou o trabalho de reeducação de jovens infratores, na colônia de Gorki, após o triunfo da revolução russa.

Gradativamente, o estudo vai permitindo vislumbrar que a concepção pedagógica do MST, não entende apenas como escola a sala de aula, mas toda a realidade existente dentro e fora do assentamento.

No livro **Lições de Vida Pela Terra**, Bogo (1999, p. 118), comenta sobre o “Fazer Extraordinário” tornar-se cotidiano:

Extraordinário deve ser a educação do ser humano, incorporando junto com o aprendizado alfabético a noção de todas as coisas que o rodeiam, provocando-o para que crie e invente formas de transformar esta realidade, para que ela sirva melhor ao desenvolvimento da vida humana.

Essa forma de pensar está na base de toda a ação educativa do MST. Observando melhor sobre essa ação educativa, se vê a importância de um aprofundamento sobre os princípios da educação do MST. Esses princípios identificados como Filosóficos e Pedagógicos, são idéias, convicções, formulações, referências significativas para o trabalho de educação no MST. Neste sentido, eles são o começo, o ponto de partida das ações.

Pelo que foi possível até então, explorar do tema em estudo, entende-se que esses princípios, não surgiram primeiro, isto é, antes das práticas. Ao contrário, eles já são o resultado de práticas realizadas e discutidas neste trabalho, desde o início, considerando toda a trajetória de luta do MST.

No caderno de educação nº 08, **Princípios da educação no MST**, o Coletivo Nacional de Educação do MST(1999, p. 4), faz a seguinte reflexão:

Podemos comparar isso com a abertura de uma picada no meio de um matagal. As primeiras pessoas vão abrindo o caminho, devagar, experimentando, quebrando galhos, desviando banhados; se estas pessoas deixam estacas, marcos, referências, isso se tornará guia para os próximos caminhantes, que por sua vez também poderão deixar novos marcos, abrir atalhos, refazendo a estrada e o próprio jeito de andar nela.

Entende-se com isso, que a formulação desses princípios, avançarão, na medida em que o MST se esforçar para pensar sobre suas práticas e sobre outras

práticas, a fim de que possam construir um sentido estratégico para todo o trabalho educativo e para o conjunto da organização.

A seguir, uma reflexão mais específica sobre cada um dos princípios pedagógicos. A fonte utilizada foi o caderno de educação nº 08, **Princípios da educação no MST**, organizado pelo Coletivo Nacional de Educação. Portanto, as referidas citações dos itens 2.3.1 e 2.3.2 serão indicadas somente as páginas, (por tratar-se desse subsídio), exceto, no caso de citações extras a essa fonte.

### **2.3.1 Princípios Filosóficos.**

Dizem respeito a uma concepção de mundo, de pessoa que se quer formar, de sociedade que se quer construir e de educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST.

#### **2.3.1.1- Educação para a Transformação Social:**

Cujos pilares principais devam ser, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas.

Desses horizontes vêm algumas características essenciais da proposta de educação no MST:

- a) Educação de Classe: Uma perspectiva de construir a hegemonia do projeto político das classes trabalhadoras, visando o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes para as organizações de trabalhadores, a começar pelo MST.
- b) Educação Massiva: A defesa do direito de todos à educação em suas diversas formas, com especial ênfase para a escolarização. A mobilização se dá em torno de algumas metas: “Toda criança na escola aprendendo!”

“Todos os jovens ao estudo!” “Nenhum assentado que não saiba ler, escrever e fazer conta!” (p. 6).

- c) Educação organicamente vinculada ao Movimento Social: Construir para que em cada acampamento e assentamento a proposta de educação do MST, ligada às lutas, aos objetivos e à organicidade do MST. Portanto, construir uma educação do movimento e não para o movimento.
- d) Educação aberta para o Mundo: Preocupação com a abertura de horizontes dos estudantes. O movimento, não pode fechar-se em seu próprio mundo, pois, corre-se o risco de se perder a capacidade de projetar o futuro.
- e) Educação para a Ação: que a preparação do sujeito o capacite para a intervenção e a transformação prática da realidade. Não é suficiente ter “consciência crítica”, o fundamental é participar dos processos de transformação social, o que exige uma “consciência organizativa”, aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta da realidade “[...], o que não pode ser confundido com uma visão “pragmatista” do conhecimento que desvaloriza todo saber que não pode ser colocado imediatamente em prática” (p.7).

Esse ponto de vista do coletivo de educação, é importante, pois às vezes é preciso estudar outras teorias, ainda que abstratas, para melhor entender e preparar uma ação. O que é imprescindível é ter sempre presente as finalidades práticas destes estudos.

- f) Educação aberta para o Novo:

Capaz de construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido, como também aberta para trabalhar pedagogicamente as contradições e os conflitos que aparecem nesse processo (p.7).

Isso é importante, pois toda a transformação social é um processo complexo, que não se resume a uma tomada de poder político ou econômico, mas que implica em construir novos valores, diante das várias questões da vida.

#### 2.3.1.2 – Educação para o trabalho e a cooperação:

Subtende a relação necessária que a educação e a escola devem ter com os desafios do seu tempo histórico. No caso do MST, essa relação não pode, hoje, desconsiderar a questão da luta pela Reforma Agrária e os desafios que coloca para a implementação de novas relações de produção no campo e na cidade.

É neste contexto que se destaca a formação para a cooperação, defendida e discutida nos assentamentos, como elemento estratégico para essa educação que visa a construção de novas relações sociais.

O próprio coletivo de educação admite que nem tudo é fácil, devido a forte presença da herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo, o que fortalece a necessidade de uma formação intencional voltada para a cultura da cooperação e avançar para os saberes, valores e afetos capazes de implementá-la.

#### 2.3.1.3 – Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana:

Segundo o MST, “uma praxis educativa revolucionária, deveria dar conta de reintegrar as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar, ou seja, uma educação onilateral (p. 8)”.

A defesa aqui, é que a prática educativa no MST, assuma este caráter de onilateralidade, trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana, e cada uma dessas dimensões, tenha sintonia com outra, como as que estão em destaque a seguir:

A formação político – ideológica; a formação organizativa; a formação técnico – profissional; a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com outras pessoas); a formação cultural e estética; a formação afetiva; a formação religiosa...(p.8).

#### 2.3.1.4 - Educação com/ para valores humanistas e socialistas:

Esses valores colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, comprometida com a humanidade.

#### 2.3.1.5 – Educação como um processo permanente de formação e transformação humana:

Condição básica para essa educação/ formação é acreditar no ser humano e na sua capacidade de transformação.

É preciso considerar que as pessoas não se educam da mesma maneira, ao mesmo tempo; que a existência social de cada pessoa é o fundamento de sua educação; há toda uma carga social, ideológica, que “educa” o povo para a inércia, a não mudança e por fim, que a educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, mas também da afetividade, do sentimento. Essa combinação precisa estar tanto no ato de educar, como no de ser educado.

Diante disso, se reforça a importância de que a discussão metodológica de como estudar, de como ensinar e de como aprender é elemento essencial.

### **2.3.2 – Princípios Pedagógicos.**

#### 1) Relação entre Prática e Teoria:

Nesse princípio, considera-se superada historicamente aquela visão de que a escola é apenas lugar de conhecimentos teóricos que depois, fora dela, é que serão aplicados na prática.

É expressivo no MST, a concepção de que a prática, seja a base do processo formativo, que o estudo e a elaboração teórica sejam consideradas práticas, ou seja, que impliquem a ação do educando.

Essa relação, teoria e prática nos processos pedagógicos na escola, implica, em organizar o currículo em torno de situações que exijam respostas práticas dos estudantes. Ou seja, o grande desafio metodológico que este princípio traz é o de como aprender a articular o maior número de saberes diante de situações da realidade, o que representa um desafio metodológico.

## 2) Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação.

Essa distinção passa a ser fundamental justamente para a adequação da metodologia ao objeto real de cada processo educativo. Verifica-se que é uma discussão nova, na concepção educativa no MST e que a princípio o coletivo de educação busca aprofundar a distinção entre processos de ensino e processos de capacitação.

De acordo com a compreensão do coletivo de Educação, o processo de ensino, subentende o momento de maior conhecimento (teoria), enquanto que a capacitação, caracteriza-se pela ação (prática) que antecede a teoria. A capacitação é uma atividade objetivada que provoca a pessoa a aprender para reagir diante de um problema concreto que lhe cria. E isso provoca necessidades de aprendizagens.

Reagindo a esse ponto de vista, ressalta-se que o fundamental é que sejam combinados os processos de ensino com os de capacitação, pois ambos são importantes e a atenção dada à capacitação, não terá a qualidade adequada, sem o cuidado com o ensino. Para a combinação entre capacitação e ensino, é preciso que, na mesma proporção em que são definidos os conteúdos, definam também as

metas de capacitação, habilidades ou competências numa determinada disciplina, etapa, ou numa série.

### 3) A realidade como base da produção do conhecimento.

A realidade, não é só um ponto de partida, mas um ponto de chegada, pois ter a realidade como referência, implica em transformá-la. Essa realidade é tudo aquilo que existe e o que merece ser conhecido, apreciado e transformado, portanto não se restringe à realidade, diria, cotidiana, aquela que se consegue viver ou enxergar.

É possível vislumbrar, partindo da realidade alguns princípios metodológicos fundamentais para organizar os processos de ensino: Um deles é que as questões da realidade são as que levam à construção do conhecimento, gerando a necessidade de aprender; outro, é que sendo a realidade mais próxima o ponto de partida da fundamental, aparece como um facilitador da aprendizagem.

Esses princípios metodológicos delineiam um método pedagógico para chegar ao conhecimento da realidade mais ampla, o que por sua vez deverá se reverter na capacidade de análise e de intervenção nas situações problema que vão aparecendo na realidade que foi o ponto de partida do processo de conhecimento.

### 4)- Conteúdos formativos socialmente úteis.

Aqui, parte-se do princípio de que os conteúdos são instrumentos para atingir os objetivos, tanto os ligados ao ensino quanto à capacitação. Nesse sentido, tais conteúdos precisam ser escolhidos adequadamente, o que revela que não há neutralidade na escolha desses conteúdos, como é o caso dos indicados pelas

instâncias governamentais, como, Secretaria de Educação, Governo Federal estabelecendo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O Coletivo Nacional de Educação, ao chamar atenção para a escolha dos conteúdos, ressalta que neles estão incorporados os interesses sociais e posições políticas, que nem sempre produzem conteúdos igualmente formativos e socialmente úteis. {Enfatizam que “se trata de utilizar nesta dimensão, o princípio da justiça social [...], ou seja, escolher conteúdos que contribua para o conhecimento produzido pela humanidade e que tenham a potencialidade pedagógica de educar o cidadão” (p.15)].

5) – Educação para o trabalho e pelo trabalho.

Na proposta de educação do MST, o trabalho tem um valor fundamental.

Em **Fundamentos da Escola do Trabalho**, Pistrak, defendia a posição de que o trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e que neste nível há fusão completa entre ensino e educação, devendo tornar-se duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças.

Na base do trabalho escolar devem estar o estudo do trabalho humano, a participação nesta ou naquela forma de trabalho, e o estudo da participação das crianças no trabalho. Nesse sentido deve-se sempre perguntar: Que forma e que tipo de trabalho podemos indicar para esta ou aquela idade?

O vínculo entre Educação e Trabalho, pode ser entendido em duas dimensões básicas:

a) Educação x Mundo do Trabalho: Os processos pedagógicos, especialmente as escolas, não podem ficar alheios às exigências dos processos produtivos, seja da sociedade em geral, seja os dos assentamentos.

b) O trabalho como método pedagógico:

- Provocar a necessidade de aprendizagem através do trabalho, retomando a relação entre teoria x prática;
- O trabalho como construtor de relações, cooperação e da democracia;
- Cultivo da mística, da participação nas lutas dos trabalhadores e da consciência de classe.

6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos:

A educação é uma prática política, à medida que se insere em um projeto de transformação ou de conservação social.

O Coletivo Nacional de Educação definiu indicativos que subsidiam a educação enquanto prática política. Dentre eles, destaca-se:

- Alimentar a indignação ética diante das situações de injustiça e de indignidade humana;
- Desenvolver atividades e fazer uma abordagem crítica e problematizadora da realidade, trabalhar a mística da organização e do conjunto das lutas dos trabalhadores.
- Desenvolver processos de crítica e autocrítica, coletiva e pessoal, buscando alcançar e avançar na coerência entre o discurso político e a prática política, na escola na família, no assentamento, no MST, no partido, na sociedade.
- Chegar a ser militante. Pertencer a uma organização. Pedagogicamente, será eficaz, se for compartilhada por educadores e educandos.

7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.

Concretamente, isso implica em aproximar os estudantes do funcionamento do mercado e dos processos produtivos necessários para garantir a

qualidade de vida das pessoas e do conjunto da sociedade, desenvolver experiências de trabalho com geração de renda.

8) O destaque aqui é para enfatizar o papel que cabe à educação no processo de construção/ reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores e especificamente do MST.

As lutas culturais são parte importante dos processos de transformação social. O MST destaca coisas do tipo:

Que canções são entoadas pelos nossos jovens, que heróis povoam os sonhos de nossas crianças, que tipo de relações se cultivam entre homens e mulheres, entre pais e filhos, que tipo de religiosidade se pratica em nossos acampamentos e assentamentos, que festas nos congregam...(p.19)

#### 9) Gestão Democrática:

Para que a democracia seja um princípio pedagógico, é preciso vivenciar um espaço de participação democrática.

No caso das escolas de acampamentos e assentamentos, é fundamental a participação efetiva da comunidade na gestão da escola com o conjunto de escolas ligadas ao MST, e a sua subordinação (crítica e ativa) aos seus princípios filosóficos e pedagógicos.

Na mesma proporção, está a participação de todos os envolvidos no processo de gestão. Todos devem aprender a tomar decisões, a respeitar as decisões tomadas no conjunto, a executar o que foi decidido, a avaliar o que está sendo feito e a repartir os resultados de cada ação coletiva.

#### 10) – Auto- organização dos estudantes

Essa expressão é do pedagogo russo Pistrak, para especificar o processo de criação do coletivo de alunos numa escola. Pode ser considerada uma das dimensões da gestão. O destaque dessa auto-organização se dá também pelo seu conteúdo especificamente pedagógica, pois abre espaço para o aprender a ser.

Sobre isso é entendido que: “se os educandos, entre si e sob determinadas condições e orientações, precisam se autocomandar há nesta relação uma matéria-prima imensa para atuação pedagógica dos educadores, desde que tenham formação adequada para isso” (p. 20).

Nesse processo é preciso considerar o tipo de prática de educação, objetivos da educação, idade e experiência dos educandos, preparo dos educadores e as condições objetivas de tempo e espaço.

11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores.

Remete a várias situações diferenciadas, como:

- A criação da equipe ou núcleo de educação que se reúne sistematicamente para discutir sobre as práticas de educação do acampamento ou do assentamento, com o objetivo de torna-las cada vez mais orgânica e de qualidade;
- A criação do coletivo de professores da escola que se reúne para estudo, planejamento e avaliação das aulas;
- Equipe pedagógica de eventos formativos.

Esses coletivos pedagógicos são espaços privilegiados de formação permanente.

12) Atitude e habilidades de pesquisa.

Nas escolas do MST, a prática da pesquisa está relacionada com o próprio princípio de relacionar teoria e prática e que precisa constituir-se como uma metodologia de educação, adequando-se às diferentes idades, aos diferentes interesses e às exigências específicas do contexto onde acontece cada processo pedagógico.

### 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

No âmbito da reflexão metodológica, este princípio chama atenção para a importância do acompanhamento pedagógico personalizado. Ao mesmo tempo que seja desenvolvida uma ação pedagógica coletiva, é preciso que os educadores conheçam cada estudante, suas características peculiares, seus destaques, seus limites, as metas de capacitação que vai atingindo, de que modo, como pode avançar mais. Esse procedimento só tende a fortalecer o processo pedagógico coletivo como um todo. Tal procedimento tem relação com a avaliação que hoje representa um desafio. É preciso criar formas de avaliação que expresse esta dupla atuação, pessoal e coletiva.

A trajetória da escola, identificada no capítulo 1, incluindo os Fundamentos de Teoria Pedagógica (item 1.4) e os Princípios Filosóficos e Pedagógicos (item 2.3), forneceram elementos relevantes para o entendimento da pedagogia do MST. Entre esses elementos está a constituição da identidade dos Sem Terra, uma identidade coletiva que transcende as características específicas dos sujeitos que o integram.

Nesse esforço de olhar a dimensão educativa do MST, é possível identificar que o princípio educativo por excelência está no Movimento mesmo, no transformar-se transformando, a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo esta a raiz e o formato fundamental de sua identidade pedagógica.

Sobre essa pedagogia é que trataremos no item a seguir.

## **2.4. A PEDAGOGIA DO MST.**

No esforço, até agora, de entender a matriz pedagógica, presente nas vivências educativas que foi possível identificar na formação dos Sem Terra, é oportuno ressaltar o que diz Caldart (2000, p. 207):

Ser do Movimento é estar em movimento! No Movimento, os sem – terra aprendem que o mundo e o ser humano estão para ser feitos e que o movimento da realidade, constituído basicamente de relações que precisam ser compreendidas, produzidas ou transformadas, deve ser o grande mestre deste fazer.

Igualmente, o que diz Freire (2002, p. 85): “O mundo não é. O mundo está”.

Com base em todas essas teorias, reforça a tese de que essa matriz pedagógica é o próprio MST como uma coletividade em movimento, para além de si mesmo. Nesse entendimento é que Terra é mais do que terra; escola é mais do que escola. A partir dessa matriz, outras vão se constituindo, enquanto processos educativos básicos formadores do ser humano.

- Pedagogia da luta social como projeto educativo: a luta está na base da formação dos sem- terra, como pré-requisito para a transformação do real estado das coisas. Que Freire (1996, p.85), diz ser também um dos princípios de quem trabalha com a educação: “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”.

Uma condição para formar lutadores sociais é a sensibilização social ou seja, formar olhando para a humanidade, e isto deve ser cultivado desde criança.

- Pedagogia da organização coletiva:

Há uma tradição pedagógica dessa reflexão, vinculada às reflexões sobre a dimensão educativa do conjunto das práticas sociais.

Alguns aspectos são importantes na compreensão dessa expressão, **organização coletiva**, como: a disciplina coletiva; a unidade de ação; os conflitos e

diferenças não rompem com essa unidade; a mística; concretização de objetivos; seguimento de princípios e valores.

Talvez, a contribuição reflexiva dessa pedagogia da organização, esteja em trazer de volta a potencialidade educativa das relações sociais.

- Pedagogia da Terra:

A ênfase é sobre a identificação de origem entre a produção agrícola, a cultura e a educação vinculadas ao Movimento.

Há uma estreita relação entre seres humanos e terra, como reflete Leonardo Boff (1999, p. 72 apud Caldart 2000, p. 221-222):

O ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou essa intuição segura: pertencer à Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de auto-realização e de auto consciência.

Essa matriz, Pedagogia da Terra, põe em movimento na formação dos sem – terra a mistura do cultivo do ser humano com o cultivo da terra, com o trabalho e a produção. A terra de cultivo é também terra que educa quem nela trabalha. O trabalho educa; a produção das condições materiais de existência também educa.

- Pedagogia da Cultura:

Esta é uma matriz que se realiza misturada às demais, pois em todas elas contêm elementos culturais. Pois, por cultura, até agora, se entende todo o processo através do qual um conjunto de práticas sociais e de experiências humanas aos poucos se constitui em um modo de vida, que articula costumes, objetos, comportamentos, convicções, valores e saberes.

Parte dessa compreensão, já foi objeto de reflexão, quando trabalhamos os Princípios Pedagógicos no capítulo 2.

- Pedagogia da história:

O cultivo da memória e a compreensão da história, são elementos imprescindíveis na educação dos integrantes do MST.

Vimos no capítulo 1, sobre A Formação do MST, que o Movimento começou sua história olhando para o passado da luta pela terra no Brasil. Esse costume inicial foi se transformando em princípio pedagógico.

A importância desse processo pedagógico reside no fato de que, a identidade Sem Terra não teria se constituído sem o cultivo da memória do Movimento. Um assentado não pode esquecer que um dia foi acampado, não pode esquecer que muitas pessoas perderam sua vida pela terra. Caso isso aconteça, certamente deixará de ser um Sem Terra.

A escola tem um papel bem específico a cumprir, por ser um espaço de cultivo dessa identidade, pois escolhas continuam sendo feitas, há realidades a serem transformadas e pessoas a serem formadas na perspectivas de fazer essas transformações.

O compromisso com essa transformação impulsiona o MST a buscar parcerias com outras entidades, como CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância; e UnB – Universidade de Brasília; que juntas realizaram a 1ª. Conferência Por Uma Educação Básica do Campo, para discutir e aprovar iniciativas voltadas para a educação rural. Esta é uma discussão do terceiro capítulo.

## CAPÍTULO III

### A EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Neste capítulo, o propósito é alcançar como é concebida uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio cultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo e como se dá a relação com a educação defendida pelo MST. Para fundamentação dessa questão, serão utilizados: o texto base da 1ª. Conferência Nacional – Por uma Educação Básica do Campo<sup>20</sup>; Subsídio nº 02 – A educação básica e o movimento social do campo; Subsídio nº 03 – Projeto Popular e escolas do campo; Texto: Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Campo; Campo em Movimento

A discussão hoje tem defendido que, não basta ter escolas no campo; é preciso ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político - pedagógico vinculado às causas, aos desafios e à cultura do povo trabalhador do campo.

Existe a concepção de que a escola urbana é melhor do que a escola rural. Aqui o determinismo geográfico é visto como fator regulador da qualidade da educação. É preciso considerar que o problema da educação no Brasil não se apresenta somente no meio rural, apesar neste, a situação apresentar-se mais

---

<sup>20</sup> Realizada em 27 a 31 de julho de 1998 no CTE – Centro de Treinamento Educacional/ Luziânia-GO. O texto base foi redigido por: Bernardo Mançano Fernandes -UNESP/ Paulo Ricardo Cerroli, osfs- ITERRA e Roseli Caldart – MST. A Conferência contou com o apoio das Entidades: CNBB, UNB, MST, UNESCO e UNICEF.

crítica, como acentua o Texto base- Por uma educação básica do campo (1998, p. 21-22):

A falta de infra – estrutura necessária e de docentes qualificados, a falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar alheio à realidade do campo; deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo; alheia a um projeto de desenvolvimento e alienada aos interesses dos camponeses; por representar o urbano como superior, moderno, atraente, estimulam o abandono do campo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base – LDB 9394/06 – artigo 21, a Educação Básica é identificada como um dos níveis da Educação Escolar (o outro é o da Educação Superior), formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e no artigo 37, inclui também a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, apesar da escolaridade básica ser garantida por lei, o analfabetismo principalmente na área rural é bastante acentuado.

É preocupante segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o fato de que 32,7% da população acima de 15 anos, é analfabeta; e ainda há regiões na área rural que 90% da população não chegaram nem mesmo ao direito elementar de acesso à leitura e à escrita. Esse dado alarmante referente ao Ensino Fundamental não difere quanto ao Ensino Médio.

### **3.1 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS INICIATIVAS POPULARES.**

Neste vazio deixado pelo Estado, surgem iniciativas por parte da população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir a esse processo excludente, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação e, tentar construir uma identidade própria das escolas do campo. Através do texto – base (1998), identificamos algumas organizações:

- A luta do Movimento Sem-Terra (MST), pelas escolas de assentamento e acampamento<sup>21</sup>, e suas experiências na área de formação de professores e de técnicos na área da produção;
- As Escolas-Família Agrícola (EFA), que existem em vários Estados há 30 anos, com mãos de 200 centros educativos em alternância espalhados pelo Brasil;
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), lutam por escolas nos reassentamentos;
- Movimento de Educação de Base (MEB) – iniciativas no campo da alfabetização de Jovens e Adultos;
- A luta dos indígenas e dos povos da floresta por uma escola vinculada à sua cultura.

Todas essas organizações e movimentos têm em comum a defesa de uma proposta de educação para o campo, com base em algumas questões norteadoras:

- Que políticas públicas são necessárias para a implementação das escolas do campo:
- Quais são as bases da opção brasileira por um novo projeto de desenvolvimento do campo, como parte do projeto nacional, e que tarefas concretas as escolas do meio rural podem/ devem assumir para ajudar a concretizar ou a avançar iniciativas que já se colocam nesta perspectivas;

Por Políticas públicas, se entende o conjunto de ações resultante do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituído pela interação Estado/ Sociedade<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> No Rio Grande do Sul se conseguiu a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, em novembro de 1996,

Um dos problemas do campo no Brasil, hoje, é a ausência de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. A discussão sobre uma proposta de Educação Básica do Campo implica no avanço da definição dessas políticas públicas. A I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (1998 p. 32-33), deu prioridade a esse assunto e afirma que é preciso garantir:

programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos; acesso de toda a população a uma escola pública, gratuita e de qualidade; Gestão democrática; Apoio às iniciativas de inovação de estruturas e currículos escolares nos diversos níveis da Educação Básica; Processo específico/diferenciado de seleção de docentes para as escolas do campo; Programa específico de formação continuada de educadores do campo; Inclusão de habilitações específicas ou, pelo menos, de disciplinas específicas nos cursos de formação de professores, Pedagogia e demais licenciaturas; Apoio à realização de pesquisas e estudos sobre o meio rural.

Os indicativos dessas políticas apontam que a escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, mas, para isso, precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento desde questões relevantes para a intervenção social nessa realidade.

Uma condição é que essa escola do campo tenha clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento, desde que esteja combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que mexam diretamente no modelo econômico, pois por si só, a educação não resolve os problemas do País e não impede o êxodo rural.

Fazem-se necessárias algumas transformações:

➤ A primeira diz respeito ao próprio papel da escola, que engloba: Compromisso ético moral; Compromisso com a intervenção social através de projetos de desenvolvimento regional e da formação para o trabalho no campo;

---

da chamada Escola Itinerante, com uma estrutura flexível e uma proposta pedagógica específica próprias para acompanhar a mobilidade dos acampamentos de sem-terra.

<sup>22</sup> Conceito extraído de Dorneles, Malvina do Amaral. O MOBREAL como política pública: a institucionalização do analfabetismo. Porto Alegre, UFRGS, 1990. Dissertação de Mestrado.

➤ A segunda refere-se aos processos de Gestão Democrática da Escola, desde uma maior participação da comunidade escolar nos processos educativos à criação de coletivos pedagógicos capazes de pensar e repensar esses processos de transformação e traduzi-los em ações educativas concretas.

➤ A terceira está na pedagogia escolar. É preciso incorporar as lições da educação popular na vida da escola, no jeito de ensinar e de aprender;

➤ A quarta transformação é a dos currículos escolares, que, precisam incorporar o movimento da realidade e processá-lo como conteúdos formativos. Uma escola do campo precisa de um currículo que contemple necessariamente a relação com o trabalho na terra;

➤ A quinta diz respeito à formação dos educadores dessa escola, principais agentes desse processo, através de programas sistemáticos de formação.

Todas as discussões até aqui, apontam para o compromisso de duas grandes lutas:

I - A de ampliar as oportunidades educacionais do povo brasileiro;

II - A de transformar de forma significativa, a escola – desde os conteúdos formativos, ao jeito de ser e de fazer educação.

Refletindo as análises feitas por Arroyo & Fernandes no caderno/2- **A educação básica e o movimento social do campo**, o compromisso com essas duas grandes lutas, reforçam o entendimento de que os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana.

A escola, por sua vez, segundo Gonzalez (1999, p. 27):

Terá que saber interpretar esses processos educativos em um projeto político pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico – técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. [...] a

educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo.

Todas essas considerações nos levam a entender que há no campo um expressivo movimento pedagógico e para que deslanche enquanto experiência significativa é necessária está vinculada a um projeto democrático de Brasil e de Campo, resgatando e valorizando a cultura típica do povo do campo.

### **3.2 A RELAÇÃO DO MST COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

O MST, hoje, é uma referência quando o assunto é movimento do campo. E há uma estreita relação entre o MST e a educação do campo, pelo compromisso que o MST tem com a escola e a educação em seu sentido amplo. Esta relação se dá desde a origem, como já aprofundamos no capítulo 2 deste trabalho.

Neste sentido, podemos dizer, que, o campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. E a educação Básica do Campo está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam.

Uma das Pedagogias produzidas pelo MST, muito contribui para a educação do campo. Trata-se da Pedagogia da Terra, que brota da mistura do ser humano com a terra. Boff (1999 apud Caldart, 2000, p. 54): “Ela é mãe, e se somos filhos e filhas da terra, nós também somos terra”.

Outra Pedagogia é a do Trabalho e da Produção. No caderno nº 03 – **Projeto Popular e Escolas do Campo**, Caldart, comenta que esta pedagogia brota do valor fundamental do trabalho que gera a produção do que é necessário para garantir a qualidade de vida social e identifica o Sem Terra com a classe

trabalhadora. No MST, os sem terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do trabalho, o que já começa no acampamento, e continua em cada assentamento que vai sendo conquistado.

Segundo Caldart, (2000, p. 60):

A Escola do MST, portanto, é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento.

Há uma relação entre escola do campo e Reforma Agrária; Política agrária e agrícola e relações de produção no campo. Segundo o MST, não há escolas do campo num campo sem perspectivas. Por outro lado, não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas.

É por essas razões que o MST, compõe por meio de representantes do movimento, a Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, juntamente com representantes de outras entidades: UNICEF; UnB; UNESCO e CNBB.

Numa tentativa de uma aproximação e compreensão da experiência educacional do MST, foi realizada algumas entrevistas com professores da Escola Roberto Remige, do assentamento João Batista, localizado em Castanhal, que será tema do 4º capítulo.

## **CAPÍTULO IV**

### **A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA**

#### **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.**

Neste capítulo, o trabalho se dá em torno das entrevistas realizadas com os professores da Escola Roberto Remige no assentamento João Batista, em Castanhal, respectivamente com a análise dos dados das entrevistas. O objetivo é compreender a concepção educacional do MST, agora a partir de uma experiência concreta, sempre atenta para os alcances, limitações e perspectivas da prática educacional. Tivemos até o capítulo 3, uma abordagem ampla acerca do que pensa e como age o MST no campo da educação em nível nacional. No capítulo 4 essa abordagem volta-se para uma experiência localizada.

**PALAVRAS CHAVES:** Experiência da Escola Roberto Remige.

Os três primeiros capítulos contribuíram para uma visão ampla quanto ao lugar que ocupa a educação nas lutas do MST. Identificamos a origem dessa luta, sua estrutura funcional em nível nacional, princípios pedagógicos e as parcerias com outras Entidades, buscando uma mudança no sistema educacional, principalmente no que se refere à educação básica no campo.

Ao longo da pesquisa houve uma preocupação de identificar uma experiência concreta educacional, não para medir os resultados dessa experiência em relação às propostas em nível nacional, mas, para identificar os caminhos que cada assentamento tem que construir para alcançar as metas rumo a uma educação condizente com a utopia do Movimento. Esse parâmetro é importante, pois por mais que o MST trace metas gerais, a proporção do alcance das mesmas variam de acordo com cada realidade dos assentamentos e acampamentos.

É nesse sentido que se caracteriza o trabalho no capítulo 4.

O Assentamento João Batista, localiza-se na BR 316, Km 81, Agrovila Bacuri- Castanhal. Recebe este nome em homenagem ao advogado e deputado estadual, João Batista, assassinado por fazendeiros, e que muito contribuiu com a luta pela reforma agrária. Sua esposa (viúva) Sandra Batista, hoje, eleita deputada estadual, pelo Pc do B, continua essa luta.

A Escola nesse assentamento recebe o nome de Roberto Remige, italiano (+2000). Este foi para o assentamento um grande companheiro e que muito contribuiu com o Movimento no Estado do Pará. Remige teve dengue e morreu pelo agravamento da doença.

Para este trabalho, foram entrevistados, nos dias 21 e 22/09/2002, os educadores: Nestor (Irmão Lasalista/ S/1), que por opção ingressou no MST); Ângela (S/2), Joice (S/3) e Gracilda (S/4). A entrevista está organizada em 11 questões (4.1) e em seguida a análise dos dados (4.2).

#### **4.1 – BLOCOS DE PERGUNTAS:**

1. COMO ESTÁ ORGANIZADA A ESCOLA ROBERTO REMIGE. QUAIS OS GRAUS DE ENSINO QUE ESTA ESCOLA OFERECE?

S/1: Parte da organização vem do município de castanhal e outra parte depende de nós. A organização do quadro de professores foi definido pelo assentamento, todos somos assentados. Não há nenhum professor de fora. Agora a administração legal é do município. A diretora, que responde pela nossa escola vem aqui de 15 em 15 dias, para verificar questões burocráticas, mas não influencia muito na parte pedagógica.

S/2: Recebemos do município: giz, carteiras, lousa, livros didáticos.

S/3: Ofertamos a educação infantil que chamamos de ciranda infantil. A prefeitura não se responsabiliza pela educação infantil. Somos nós mesmos do

assentamento que criamos e levamos adiante. Ofertamos ainda o Ensino Fundamental de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. série, organizados em: 01 turma de 1<sup>a</sup>. série; 01 turma de 2<sup>a</sup>. série e 3<sup>a</sup>. e 4<sup>a</sup>. séries juntas – turma multiseriado. Funciona também o EJA – Educação de Jovens e Adultos, a partir de 16 anos, à noite (02 turmas 1<sup>a</sup>. e 2<sup>a</sup>. etapas); Há ainda uma turma de alfabetização.

S/4: Temos ainda: secretária e merendeira. Ao todo somos um coletivo de onze pessoas, mas a Prefeitura contratou somente sete. Então, quando recebemos o salário da prefeitura dividimos pelos onze companheiros e todos recebem iguais.

## 2- COMO SE DEU A CRIAÇÃO DA ESCOLA?

S/1: Por iniciativa do próprio setor de educação do Movimento, porque dentro do MST a educação é prioridade. Desde o acampamento, a preocupação é fazer um barracão pra reunir a criançada, fazer matrícula independente do apoio do poder público. O reconhecimento é uma luta posterior, primeiro é a organização e funcionamento da escola pelo próprio Movimento.

S/2: Aqui, funciona desde 98, quando acampamos. Em 99, fizemos o barracão. Houve o primeiro encontro de formação. Até então, não éramos educadores. Passamos por vários cursos para chegarmos onde estamos. Em meados de 99, levamos a escola ao conhecimento da Secretaria de Educação em Castanhal e somente no final do ano é que recebemos a primeira visita dos representantes da Secretaria. A luta foi grande junto ao poder público. Trabalhamos para melhorar a estrutura da escola, construir salas próprias e outros. Organizamos uma comissão de 03 pessoas que negocia junto à Secretaria Municipal de educação. Tudo é feito através de ofício e de negociação. O Secretário tem atendido nossas solicitações.

S/3: No início foi difícil. Eles não queriam reconhecer a escola dentro do assentamento. Queriam que as crianças freqüentassem uma escola bem distante –

na vila Bacuri. Alegaram que aqui não tínhamos estrutura. Então tivemos que ser firmes. Melhoramos a estrutura no que foi possível e conquistamos o reconhecimento da nossa escola e todos com professores do próprio assentamento, ou seja, todos do Movimento. Hoje, ela faz parte do censo. Só não temos autonomia quanto a direção. A diretora é indicada pela secretaria e é a mesma da escola da agrovila de Cupiúba –Escola Paulo Freire. A documentação é ela quem assina. Ela nos respeita, mas não é simpatizante do Movimento.

3- A ESCOLA OFERECE SÓ ATÉ A 4<sup>A</sup>. SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL. COMO FICA A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS?

S/1: A partir da 5<sup>a</sup>. série os alunos vão para a Escola em Castanhal. Por serem do MST, enfrentam barreiras, preconceitos. O próprio método da escola é diferente. As discussões distantes da realidade deles. Vamos lutar para termos de 5<sup>a</sup>. a 8<sup>a</sup>. séries no assentamento, mas não é tão fácil, pois exige que nós educadores nos preparemos para isso.

4- QUAL A FORMAÇÃO DO COLETIVO DE EDUCAÇÃO?

S/1: Aqui no assentamento o coletivo de educação possui uma formação diversificada. O pessoal de apoio tem ensino fundamental incompleto. Os professores, alguns com Ensino Médio completo; dois concluindo o curso de Pedagogia e um já formado em Pedagogia.

S/2: O Movimento, através do coletivo de educação cuida da formação continuada, promovendo encontros, cursos, jornadas pedagógicas, encontros em nível nacional e regional do EJA (Educação de Jovens e Adultos), de educação infantil.

S/3: O Movimento tem uma coordenação Pedagógica em nível Estadual e Nacional, que promove essa formação continuada. Outras pessoas, indicadas pelo coletivo de educação também assessoram os cursos.

5- ATÉ QUE PONTO VOCÊS SEGUEM O CURRÍCULO INDICADO PELO MUNICÍPIO?

S/1: Participamos das reuniões de planejamento do Município, porém eles sabem que temos a nossa proposta. Até agora o Secretário de educação não tem criado barreira. Temos para conosco mesmo uma autocrítica. Sabemos que precisamos avançar em muita coisa.

S/2: De qualquer maneira, dificulta o fato de não termos a administração da escola. E parte do currículo tem que se adequar a do município.

S/3: Damos prioridade ao método Paulo Freire e estudamos muito Makarenko, educador russo que defende a relação estudo, coletivo e trabalho. Cada acampamento, mesmo tendo o apoio do coletivo nacional de educação, faz a sua própria caminhada, enfrenta as dificuldades próprias e procura superá-las.

S/4: O currículo oficial, por tradição tem algumas datas comemorativas, mas nós, procuramos incluir também as nossas datas, os nossos hinos. Cantamos o hino do Brasil, mas cantamos também o hino dos Sem – terra; Respeitamos a bandeira do Brasil, tanto quanto respeitamos a nossa bandeira. Somos sem Terra, brasileiros. Comemoramos nossos mártires, nossas lutas, o aniversário do assentamento, do MST. Conhecemos também os nomes históricos na história do Brasil, mas de forma crítica, resgatando o verdadeiro contexto dos fatos. Para os alunos que estudam em Castanhal, o dia 7 de setembro é um grande desafio. Quando são obrigados a desfilar, reivindicam o direito de usar um distintivo do MST.

6- COMO ACONTECE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO?

S/1: Entre nós educadores, essa questão ainda não é muito socializada. Por exemplo na minha turma – 2ª. etapa do EJA, a avaliação é contínua. Vou trabalhando e vendo o desempenho através dos exercícios, da participação. É uma dificuldade ainda não superada entre nós educadores.

S/2: Nós educadores, somos iguais a todos os outros assentados. Temos que cuidar da roça, da casa, das diversas reuniões, dá aula. Há pouco tempo é que começamos a dedicar um dia a cada mês para estudo e avaliação do trabalho da escola. Temos sentido necessidade de definir melhor esse processo avaliativo. Um dos parâmetros é se a escola está realmente contribuindo para o fortalecimento dos ideais do Movimento.

S/3: Na educação infantil, utilizamos fichas de avaliação para um acompanhamento contínuo da criança. Fazemos atividades escritas, sem aquela conotação de obter notas. Às vezes, dizemos que é para nota, só para despertar interesse. Os pais é que quer ver a nota e isso temos que aos poucos ir orientando.

#### 7- QUEM FORNECE O MATERIAL DIDÁTICO? HÁ OUTRO TIPO DE APOIO?

S/1: Os livros são fornecidos pelo município. Do nosso salário destinamos 5% para a escola, onde com esse dinheiro compramos outros materiais que julgamos importante.

S/2: Outro tipo de apoio é do Projeto Manitese- um projeto de todo o assentamento, que repassa 10 litros de leite por dia para a merenda da escola.

#### 8- QUAL A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA ENTRE VOCÊS EDUCADORES?

S/1: A nossa escola vive num lugar social privilegiado em relação às outras escolas na sociedade organizada. As escolas que existem por aí vivem cada uma para si mesma. Aqui no assentamento é diferente. As crianças sabem que existe

uma coordenação, existem os 19 núcleos de trabalho e que a educação é um deles. Cada núcleo tem os coordenadores. Há reuniões semanais de todo o núcleo, como também, só dos coordenadores. A própria sociedade local, passa esse processo educativo para a criança, de organização e decisão coletiva. Mesmo que o núcleo de educação ainda não seja tão forte, essa educação ultrapassa a escola e acontece no seio do assentamento.

S/2: Trabalhamos na horta da escola, na organização das ruas da agrovila. Estamos tentando agilizar uma biblioteca. Esse envolvimento com o todo do acampamento é um dos princípios educativos que precisamos cultivá-lo.

S/3: A minha concepção de educação é a de que o ser humano está sempre em formação além da sala de aula. As crianças participam ativamente da organização dos grupos de família, das discussões, sabem dos nossos sonhos, das dificuldades, das conquistas, contribuem com trabalhos de acordo com a sua faixa etária. E tudo isso é educação.

S/4: Nossa concepção de educação é aquela que fortalece a organização do assentamento. Essa é a nossa pedagogia, essa é a nossa filosofia. Desenvolvemos a coletividade e a solidariedade.

#### 9- QUAIS OS OBJETIVOS ALCANÇADOS NA ESCOLA?

S/1: Estamos aqui há 04 anos. Mas só neste ano (2002) é que conquistamos infra-estrutura, como: energia, casa pra morar, lavoura, Projeto da Manitese para compra do gado, organização da cooperativa, compra de 01 trator.

S/2: As crianças não são “santas”. Lidamos com crianças muito problemáticas, que nem mesmo os pais têm controle sobre elas. O grande objetivo alcançado em meio há tantas dificuldades é que estamos nos firmando como coletivo da educação. A escola a cada dia está sendo levada a sério e é essa a caminhada.

#### 10- O QUE DESTACARIAM COMO LIMITAÇÃO E PERSPECTIVA DA ESCOLA LOCAL?

S/1: Uma limitação: ter que participar das semanas pedagógicas organizadas pelo município, que nada tem a ver com a nossa caminhada.

S/2: A comunicação entre a Escola e os Núcleos do Assentamento deixa a desejar. As informações não estão sendo repassadas como deviam.

S/3: Outra limitação é a continuidade dos estudos dos alunos quando chegam a 4ª. série. A expectativa é que conquistemos a ampliação da escola de 5ª. a 8ª. séries do Ensino Fundamental e posteriormente uma escola de Ensino Médio. Essa conquista poderá beneficiar também às comunidades vizinhas dessa região. Por exemplo, conquistamos energia, linha de ônibus e tudo isso beneficia a região toda, não só a nós assentados. Assim também é com a escola.

S/4: Outra expectativa é que nas ocupações tenha a seguinte disciplina: Primeiro dia: levantar os barracos; Segundo dia: Organizar a equipe de segurança e no Terceiro dia, organizar os grupos de estudo.

#### 11- QUAIS OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A ESCOLA DO MST?

S/1: São os princípios do Movimento. Um deles é “Toda criança na Escola”. Porém essa tarefa não é fácil. Passa por um processo de conscientização. Aqui mesmo, há criança fora da escola. É um trabalho a fazer junto às famílias.

S/2: Outro princípio é a Formação dos Educadores, voltado para a coletividade, a luta, o compromisso com mudanças.

S/3: A Mística é um princípio considerado importante, porque nos mantém motivados e sempre dispostos para a participação nas marchas, nos fóruns, nas mobilizações.

#### **4.2 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS:**

É destaque em toda a entrevista, a importância da educação para os educadores que integram o Assentamento João Batista. Existe a preocupação de uma associação indissolúvel entre Escola – Educação - Coletivo e Trabalho.

Escola entendida enquanto espaço do conhecimento e que se organiza a partir de uma concepção de educação intimamente relacionada com um compromisso coletivo, trabalhando para superar tendências individualistas. A formação não se dá em vista ao mercado de trabalho, mas com a intenção de apreender o jeito de viver coletivamente e de abraçar uma causa aonde a melhoria chegue para todos, construído pelo coletivo e não por representantes isolados. É a utopia do MST que se coloca em evidência e que de uma certa forma transmite as aspirações dos movimentos sociais existentes, numa tradição que vem desde os movimentos historicamente conhecidos como messiânicos.

Pergunta-se pela concepção de educação e identifica-se o próprio Movimento. A própria prática do MST é entendida como concepção máxima de educação e que a partir dela se constrói uma práxi pedagógica.

Permanecer coerente a essa concepção torna-se um desafio diante da parceria com órgãos públicos, neste caso, a Secretaria de Educação do município de Castanhal, o que requer lutas contínuas e grandes habilidades de diálogo. A autonomia hoje, entendida como prática democrática, ainda não foi suficiente para a consolidação de uma relação amadurecida com os movimentos sociais. Certas iniciativas de diálogo ficam no nível da “tolerância”, permanecendo distante, a concepção dos movimentos sociais como sujeitos educativos.

São essas lutas contínuas que o MST enfrenta em cada assentamento: assegurar que os professores sejam do próprio Movimento, o que implica em outra

conquista que é a contratação desses profissionais. E ainda que a Escola funcione no assentamento com mobilidade curricular.

A formação, do Coletivo de Educação e dos Estudantes: EJA –Educação de jovens e adultos e Ciranda Infantil<sup>23</sup>, acontece em nível Estadual e Nacional. É a busca contínua do MST quanto ao domínio dos espaços que fortalecem e asseguram a transmissão de seus ideais ao seus integrantes de forma articulada.

Essa iniciativa, entendida como programa de formação continuada do coletivo de educação do MST, longe de ser uma estratégia separatista do comum da sociedade organizada, para preencher um “vazio”, haja vista que a formação da escola pública governamental não atende as necessidades do movimento, deve ser um espaço para cultivar ideais coletivos da humanidade, ultrapassando o movimento social em si. Assegurar por lei, a liberdade de organizar sua própria escola e seu processo educativo abre espaço para que outros seguimentos como os camponeses, indígenas, ribeirinhos, voltem-se para a valorização da sua cultura, aproximando-se do que pode ser comum, sem abrir mão de sua identidade cultural e credos seja quanto à sociedade que se quer construir, e ao homem que se quer formar.

Os princípios norteadores da Educação do MST ampliam a compreensão do compromisso coletivo com a erradicação do analfabetismo, que compreende desde o saber ler e escrever ao envolvimento com os ideais do Movimento, seguido de uma visão crítica da realidade.

Os princípios: “Toda criança na Escola”; Formação voltada para a coletividade, e para o compromisso com mudança; a Mística, enquanto fortalecimento dos ideais; devem ser contemplados de forma sistemática no currículo

---

<sup>23</sup> Dentro do MST, as crianças assumem a identidade dos *Sem –Terrinha*. Participam de acampamentos, fazem reivindicações e constroem suas próprias palavras de ordem.

da escola, enquanto espaço importante na construção e socialização do conhecimento. Essa sistematização é fundamental, a fim de que possa acontecer uma síntese a partir das duas concepções de escola: do MST e dos órgãos públicos, pois, pelo caráter do MST, não me parece que queira apenas usufruir-se dos benefícios seja do Município ou Estado.

A educação é um direito de todos e enquanto tal não pode ser negada a nenhum seguimento da sociedade, sob pretextos ideológicos. A educação, faz parte de uma pauta ampla dos que reivindicam políticas públicas para o País e é fundamentado nesse direito que o MST faz dela uma bandeira de luta. O importante é que as coisas não aconteçam desassociadas, ocasionando perda de oportunidade de inserir o Movimento Social como fonte geradora de educação a ser pesquisada e apreendida pelos pedagogos hoje. A dimensão reivindicatória ou política do ser humano é um fenômeno extremamente dialético, que traz em sua gênese, grandes contribuições para a educação da cidadania, para o conhecimento da identidade de um povo e o lugar social que ocupa. Nesse sentido, é fundamental que o MST e as Secretarias de Educação avancem além da reivindicação e da tolerância.

Cada assentamento faz o seu caminho, mesmo tendo o apoio do coletivo de educação em nível Nacional. As limitações existentes são próprias desse caminhar. O importante é manter-se em sintonia com as linhas e princípios gerais do MST, assegurando a integração necessária a um Movimento que não tem um fim em si mesmo, mas, que busca junto com outros, construir um País soberano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nada começa nem termina: continua*

(Caldart)

Este trabalho fez uma reflexão sobre a Educação segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem – Terra (MST), sem, no entanto esgotar o assunto, devido a sua amplitude, profundidade e complexidade. A educação é uma importante via por onde se pode interpretar o MST.

Foi priorizada a abordagem histórica como base de interpretação da realidade que é o objeto principal em toda a conjuntura do MST.

O Movimento Sem-Terra está sempre em movimento, o que nos permite evidenciar alguns pontos relevantes, percebidos ao longo do estudo.

A princípio é importante destacar que a luta dos trabalhadores rurais sem-terra não é recente no Brasil, assim, como não é recente a luta por uma educação pública, gratuita e de boa qualidade. A maneira como o MST aborda essas questões as fazem nova, principalmente pela interação e ligação que faz entre o direito a terra e à educação.

Com relação aos objetivos formulados para este estudo e com base nos resultados obtidos ao longo do trabalho, fazemos as considerações que seguem.

### **- A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO MST.**

O caráter do MST é identificado como revolucionário, pela maneira como têm enfrentado a luta por Reforma Agrária. O que não se tinha tão claro era que

colocava no mesmo patamar a necessidade de investir na educação. Para o MST, a conquista da terra deverá se dá na mesma proporção da conquista por uma educação que atenda os interesses dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores rurais.

Percebe-se, portanto, que o MST reivindica uma educação que possibilite integrar a criança e o jovem ao trabalho, desenvolvendo o espírito da coletividade e de consciência da luta social. Com esse entendimento, o MST concebe como educação toda a prática do Movimento identificada como uma cultura coletiva, que requer opção de cada militante e disciplina para que possam vivenciar esse projeto coletivo e superar as adversidades internas e externas do Movimento.

É importante considerar que o projeto de educação do MST não possui em sua intenção mais profunda um fim em si mesmo, mas busca revelar as aspirações da humanidade que vai se formando num processo educativo contínuo, buscando conquistar o direito à cidadania e a liberdade humana, com dignidade.

#### **- A CONCEPÇÃO DA ESCOLA NO MST.**

Com relação à Escola, o MST ao reivindicar uma educação que se fundamente no trabalho, elege a escola como prioridade, pois através dela é possível garantir às crianças, jovens e adultos, a formação que necessitam para que possam assumir a condição não somente de dirigentes das cooperativas, mas também de luta e envolvimento profundo com os objetivos do Movimento.

A Escola ocupa hoje, no interior do MST, um espaço tão importante, quanto à luta pela Terra. Surgiu como reivindicação das famílias e gradativamente tornou-se uma bandeira de luta do Movimento que preocupou-se e ocupou-se de garantir estrutura, acompanhamento e formação em nível Nacional, Estadual e local

seja quanto aos assentamentos e acampamentos, através do seu Projeto Político Pedagógico e da criação do Coletivo de Educação.

No período de acampamento, sem poder contar com o apoio oficial dos governos, o MST busca encontrar alternativas próprias para manter as crianças estudando, pois durante esse período, o Estado não reconhece o direito de cidadania das pessoas que ali estão.

A importância dada à Escola justifica a luta do MST, pelo acesso e qualidade da educação pública. Por isso, em cada Assentamento, buscam junto à Secretaria Municipal de Educação o direito de ter Escola e que esta cumpra a sua função social, reconhecida e assistida pelo Município, entendendo também que a escola é parte importante na luta por políticas públicas no Brasil. Em alguns municípios, conseguem apoio por meio de projetos para as escolas itinerantes, próprias dos acampamentos, como aconteceu com a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Conquistar a Escola implica em um processo de transformação da própria Escola, lugar da formação de novos sujeitos e concebida também como lugar privilegiado do estudo sistemático e que busca as transformações das pessoas, postura diante da realidade, convicção, valores e equilíbrio pessoal.

A ocupação e organização das escolas acontecem em proporções diferenciadas, quer seja nos assentamentos ou nos acampamentos, devido a vários fatores como: tempo, infra-estrutura, aproximação dos militantes com a escola, negociação com as secretarias de educação Municipal ou Estadual, formação dos professores e outros.

A escola defendida pelo MST seja nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, ou de outros lugares onde estejam os Sem Terra, demonstra

que seus integrantes assumem o pleno exercício de seu direito e dever de estudar, sejam eles crianças, jovens ou adultos.

### **- OS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.**

A busca se deu no sentido de compreender nesse processo de formação do sujeito Sem Terra a ação e a intencionalidade pedagógica do Movimento, haja vista que este não possui um fim em si mesmo, como vem sendo explicitado em todo o trabalho.

Esses princípios organizados em Pedagógicos e Filosóficos permitem vislumbrar que o MST, não entende apenas como escola à sala de aula, mas toda a realidade existente dentro e fora do assentamento ou acampamento, produzindo uma das reflexões relevantes que é a pedagogia produzida pelo próprio Movimento, compreendendo a interação entre formação humana, produção de sujeitos sociais, luta pela humanidade, luta de classe, projetando uma transformação mais profunda, das pessoas e das sociedades. É este movimento que está implícito e que deve ser compreendido em cada uma das práticas de educação.

A prática educativa do MST, na sua intensa construção desenvolve-se em meio a ***alcances, limitações e perspectivas***.

### **- ALCANCES:**

O mais relevante, por ser ele o “carro chefe”, foi a Educação tornar-se uma bandeira de luta, tão importante, quanto à Reforma Agrária: “nenhum trabalhador sem terra e nenhum trabalhador analfabeto” – é essa utopia que acompanha os Sem Terra no Brasil.

Essa meta maior a ser alcançada vai se fazendo através de outros alcances como: a criação do Coletivo Nacional de Educação, responsável pela mobilização, discussão de todo o setor de educação do MST. Esses coletivos se

reproduzem em nível estadual e local, fazendo chegar à discussão em todos os assentamentos e acampamentos; A formação dos professores, para garantir que o quadro de educadores seja do próprio Movimento; A consciência desses educadores e das famílias que as crianças e jovens não podem interromper os estudos, nem durante as manifestações de massa, nem nos acampamentos e nos assentamentos, onde inicia-se um experiência camponesa diferente.

Durante as manifestações o espaço é improvisado, utilizando a sombra das árvores ou a própria calçada; nos acampamentos, são levantados os barracões para abrigar as famílias e o barracão da escola e nos assentamentos, construída a escola, com uma estrutura mais adequada e reconhecida pelo poder público. Portanto, nos assentamentos a luta já é por escolas públicas, sem abrir mão de sua metodologia e formação contínua dos professores.

Hoje o MST possui uma estrutura de escolas, onde oferta a Educação Básica (Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio); Ensino Profissionalizante e em parceria com algumas Universidade como a UFPa (Universidade Federal do Pará), UnB (Universidade de Brasília) oferecem o curso em nível superior: Pedagogia da Terra. Há intelectuais no MST, com formação em doutorado que integra o coletivo nacional de educação para o bem de todo o Movimento. A UnB, também integra a equipe que estuda e articula sobre a Educação Básica no Campo. A presença dessas Universidades pontua um avanço importante que é o interesse de profissionais em Educação que contribuem com o programa de formação do MST, por entender que a proposta não termina no próprio MST, mas que traz em seu bojo uma luta de soberania nacional, portanto uma luta empreendida para a nação Brasil. O MST encarnou essa responsabilidade no seu projeto político pedagógico.

**- LIMITAÇÕES:**

As negociações a serem enfrentadas com o poder público em cada processo de assentamento. Não há de imediato uma reciprocidade, passando sempre por momentos de reivindicações e conquistas, atrasando um processo que poderia acontecer num ritmo mais rápido. Inclui-se também a dificuldade na contratação dos professores do próprio Movimento e quase não contam com verbas para auxiliar os trabalhos da escola

No caso dos acampamentos a situação é mais grave. É preciso entender que a permanência nos acampamentos é longa, às vezes tendo mesmo que deixar o local e acampar em outro, não tendo assim uma previsão de quando terão terras liberadas para um novo assentamento. Durante todo o tempo que permanece o acampamento (um ano, dois..., três...), as crianças, os jovens e adultos não recebem apoio Institucional (secretaria de educação), exceto em poucas experiências. Nesse caso cabe somente ao MST manter um barracão improvisado para as aulas, sem carteiras, sem material didático.

Esses fatores influenciam para que o MST ainda enfrente a presença do analfabetismo, nos acampamentos e assentamentos, identificada como uma limitação a ser superada. Pois só o Movimento não dá conta da demanda educacional. No assentamento João Batista em Castanhal é um exemplo disso. O setor de educação ali existente ainda não conseguiu fazer uma pesquisa para diagnosticar o índice de analfabetismo e dizem até que ainda há crianças e jovens sem frequentar a escola.

**- PERSPECTIVAS:**

Uma perspectiva que é perseguida desde o momento em que o MST iniciou sua proposta pedagógica é a erradicação do analfabetismo: “Todo sem terra deve saber ler, escrever e contar...”; Contribuir para que as políticas públicas no campo da educação sejam cumpridas, num país que tem urgência de aprender a cuidar-se, enquanto Povo, Nação, projeto histórico. Para o MST, somente assim uma terra chegará a ser mais do que terra e uma escola mais do que uma escola.

O MST quer implementar uma nova forma de gerenciamento da escola pública, quando busca que o Estado cuide apenas de sua manutenção e financiamento, mas que a comunidade composta por pais, alunos e professores, seja responsável por sua organização.

Com parcerias, já citadas anteriormente (capítulo 3), busca implementar a educação básica no campo, adequando a escola às necessidades do meio rural. Para o MST o fato da escola, ser um dever do Estado, não significa que cabe somente ao Estado pensar em seu destino, uma vez que a escola está à serviço da comunidade, é a comunidade quem melhor identifica suas necessidades.

Neste trabalho, não foi aprofundado o necessário, a metodologia adotada pelos setores de educação e pelo coletivo de educação, como também, faltou esse mesmo aprofundamento sobre o processo avaliativo e do gerenciamento das escolas pelo próprio MST. Esses dois últimos foram tratados superficialmente. Isso poderá vir a ser explorado por outros pesquisadores, em outros momentos.

De um modo geral a pedagogia está distante do fenômeno educacional existente nos movimentos sociais e as lacunas deixadas por esse estudo podem ser um incentivo para outros pedagogos pesquisarem sobre o assunto.

Quantas crianças e jovens da escola pública conhecem a organização do bairro e participam dela; os “ribeirinhos”, muitos conhecem e participam da colônia

dos pescadores; Até que ponto a pedagogia tem dado atenção a essa realidade? E quantas pesquisas educacionais têm subsidiado essa experiência?

O Movimento Social tem uma pedagogia a ser conhecida, entendida, respeitada e difundida. O MST foi o escolhido nessa pesquisa, mas há outras experiências ricas em processos educativos. Não acredito que essa seja uma tarefa dos sociólogos, dos assistentes sociais ou dos antropólogos. Essas ciências são sem dúvida fundamentais numa pesquisa educacional, porém é específico do pedagogo penetrar na dimensão educativa presente nos diversos espaços organizativos, como no caso dos movimentos sociais. As iniciativas organizativas agrupam pessoas ligadas por um ideal, que não buscam uma realização pela metade e sim do homem como um todo. Essa integração contempla elementos importantes na Pedagogia hoje, que é a educação a partir do contexto do público atendido, com atenção especial à formação para a cidadania e para o trabalho.

A escola, não traz respostas para todas as aspirações, assim também os movimentos sociais, porém juntos, conseguem criar uma perspectiva de vida com maior qualidade e por alimentarem um sonho coletivo de superação dos obstáculos, partindo do princípio de que “um sonho que se sonha só, pode ser pura ilusão e sonho que se sonha junto é sinal de solução” (canção popular).

*“Para recuperar o humanismo pedagógico é preciso continuar vinculando a educação, com luta, com saúde, com reforma agrária, com cooperação, com participação, com cidadania, com esperança, com opinião, com justiça, com as grandes questões humanas que vive o homem do campo”.*

*( Miguel Arroyo )*

## BIBLIOGRAFIA:

- ARROYO, Miguel Gonzalez & FERNANDES Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo** – Coleção: Por uma educação básica do campo- vol. 02. Brasília- DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.
- BENJAMIN, César & CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Coleção: Por uma educação básica do campo, vol 03. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma educação Básica do Campo, 2000.
- BEZERRA, Luiz Neto. **SEM – TERRA, APRENDE E ENSINA. Estudo sobre as Práticas Educativas do Movimento dos Trabalhadores rurais**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- BOGO Ademar. **Lições da luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- CALDART, Roseli Salete. **PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA: Escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, Roseli Salete (Org.). **PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST**. Produção: setor de educação do MST. Caderno 08, 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo, 1999.
- CALDART, Roseli Salete (org.). **PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA – ACOMPANHAMENTO ÀS ESCOLAS**. Produção: MST- Setor de Educação- Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária- ITERRA: São Paulo, 2001.
- **COMO FAZEMOS A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**. Caderno de Educação/09, 2<sup>a</sup>. ed. Veranópolis, RS: ITERRA, 2001.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL: **Por uma Educação Básica do Campo**. Associação Brasileira de Educadores Lassalista, Revista AEC e UNESCO: Brasília, 1998.

- DURKHEIM, Émile. **EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA**. São Paulo: Edições Melhoramentos, V. 1965.
- FEIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**, 32<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.  
  
- **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA. Saberes Necessários à Prática Educativa**, 22<sup>a</sup> ed. São Paulo SP: Paz e Terra, 2002.
- GARCIA, Regina Leite (org.). **APRENDENDO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**. Coleção- O Sentido da Escola. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- KOLLING, Edgar Jorge/ Ir. Nery – FSC & MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo, vol 01**. Fundação Nacional de Brasília. Brasília-DF, 1999.
- MITSUE, Morissawa. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo- SP: Expressão Popular, 2001.
- PISTRAK, M.M. **FUNDAMENTOS DA ESCOLA DO TRABALHO**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2000.
- PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. **O PAPEL DO INDIVÍDUO NA HISTÓRIA**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2000.
- **PROJETO PEDAGÓGICO**. Caderno /02 do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. Veranópolis, RS, 2001.